

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: POLÍTICAS E PROGRAMAS NO PARANÁ (2003 – 2011)

Denise Suzaine Toneli Faria¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender as políticas públicas destinadas à Educação de Jovens e Adultos, no início do século XXI, com recorte 2003 a 2011 no Estado do Paraná. Ao desenvolver o estudo percebemos que essa modalidade de ensino tem sido objeto de luta de muitos educadores e da sociedade civil. Acentuadamente a partir dos anos de 1990, no contexto da organização da educação nacional observa-se a defesa da universalização da educação básica incluindo os que não tiveram acesso em idade própria. Ao recuperar algumas reflexões teóricas foi possível perceber que as políticas públicas não se fazem isoladas por vontade de um governo. As políticas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos estão vinculadas a diversos e diferentes interesses no mundo globalizado. Entendemos que a presença constante da sociedade civil organizada em fóruns e outras formas de manifestação coletiva ainda é o espaço mais democrático para construir uma dinâmica de autonomia em relação ao direcionamento dado por organismos nacionais e internacionais que defendem os interesses econômicos. Por meio de alguns dados estatísticos educacionais foi possível perceber que permanecem as dificuldades na organização e efetivação das políticas para a Educação de Jovens e Adultos.

Palavras – chave: Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This paper aims to understand the public policies for the Youth and Adults Education, at the beginning of the XXI century, from 2003 to 2011 in the state of Paraná. During the developing of the study, we realized that this type of education has been the object of many educators and civil society struggle. Sharply from the 1990s, in the context of national education organization, we can observe the defense of universal basic education including those who did not have access to proper age. When retrieving some theoretical reflections, we could perceive that public policies are not isolated by the will of a government. The policies for the Youth and Adults Education are linked to several different interests in the globalized world. We understand that the constant presence of civil society organizations in forums and other forms of collective manifestation remains the most democratic space to build a dynamic independent of the direction given by national and international organizations that defend the economic interests. Through some educational statistics was possible to realize the difficulties that remain in the organization and execution of policies for the Education of Youth and Adults.

Keywords: Public Policies; Youth and Adults Education

¹ Acadêmica do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá

Apresentação

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades de ensino ofertada no Brasil para atender as necessidades educacionais das pessoas que por vários motivos, como por exemplo, a falta de oportunidades não frequentaram o ensino regular na idade apropriada.

Atualmente a EJA é uma modalidade de educação básica, que atende a jovens, adultos e idosos como um processo educacional que se realiza ao longo da vida. Essa modalidade passou por diversas transformações políticas ao longo dos anos, sendo em até certos momentos excluída das “preocupações” por parte das autoridades públicas, por considerá-la modalidade temporária, sem qualquer atenção com a população que a frequentava ou, ainda, meramente relacionada à função de alfabetizar na forma de decodificação de letras e números.

O descaso se reflete nos dados estatísticos dos países. Para um estado democrático como o Brasil os índices de analfabetismo ainda continuam elevados. Números recentes indicam que cerca de 9,6% da população brasileira entre 15 anos ou mais são analfabetos (IBGE, 2011).

A partir da década de 1990, a reestruturação econômica mundial, pautada no neoliberalismo, pressiona mudanças nas políticas sociais desvelando os baixos índices de alfabetização. Com isso, os países considerados em desenvolvimento, entre eles o Brasil necessitaram intensificar as mudanças e as reformas educativas no cenário da educação. Internacionalmente esse período foi marcado por grandes conferências, exigindo das nações compromissos para a superação do analfabetismo, assinalando expectativas diversas em relação a Educação de Jovens e Adultos.

Tendo em vista os compromissos assumidos pelo governo brasileiro a partir dos anos de 1990, mediante o direcionamento dos organismos multilaterais (UNESCO, ONU, Banco Mundial, UNICEF, PNUD)² e a organização da legislação da educação no Brasil, surgiram diversos questionamentos acerca das ações e políticas públicas do Estado quanto à Educação de Jovens e Adultos. Após esse

² UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, ONU – Organização das Nações Unidas, UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

período de grandes mudanças e transformações como se organizou essa modalidade de ensino?

Partindo dos grandes eventos e das expectativas para a década da educação para todos (1990), o estudo pretendeu mapear as políticas públicas direcionadas à modalidade EJA no Paraná, em um período que compreende a década de 2000 e identificar as principais características e propostas do governo para a Educação de Jovens e Adultos na esfera estadual.

Para isso, utilizamos reflexões de diferentes teóricos sobre as orientações de documentos internacionais, que ao longo dos anos discutiram melhorias acerca da educação e a alfabetização de adultos, além de documentos que nortearam o funcionamento da modalidade no período em estudo.

Inicialmente foi necessário realizar um breve histórico da organização política e da luta em defesa da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em esfera nacional tendo como marco a década de 1990. Nesse estudo, relembremos os grandes eventos mundiais e suas orientações para a educação e apresentamos algumas expectativas e metas estabelecidas para a educação, as quais marcaram a luta pelo direito a educação para todos no Brasil.

Na sequência apresentamos as principais ações políticas e a organização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Paraná no período de 2003 a 2011, período do Governo Roberto Requião, que visava mudanças dos rumos da educação. Determinamos esse período para a pesquisa, verificando que a modalidade EJA, assim como toda a rede pública de educação, foi fortemente influenciada pelos ideais neoliberais a partir década de 1990, nos mostrando através de números a problemática em relação a exclusão social dessa população.

Considerando que esta modalidade se efetiva de modo diverso que o ensino regular, com a finalidade de ter informações precisas de quem possui vivência nos programas educacionais estudados, visitamos um Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos na cidade de Maringá- PR, e por meio de pesquisa exploratória buscamos compreender a forma como a EJA tem sido organizada e desenvolvida no município.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil a partir da década de 1990: uma visão geral

Frequentemente no Brasil, a necessidade de desde cedo trabalhar e colaborar na renda familiar, somado a dificuldade de acesso à escola e a falta de condições financeiras, impedem que milhares de crianças permaneçam nas escolas, recebendo o ensino na idade apropriada. Existem outros fatores sociais que também contribuem para o aumento da evasão escolar, tendo como consequência a ampliação do número de pessoas que não terminaram os estudos na idade apropriada ou que não tem domínio da cultura letrada.

O analfabetismo é um problema preocupante, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ (IBGE), em 1991, 20,06% da população brasileira com quinze ou mais idade eram analfabetas, o que corresponde ao número aproximado de 19.233.239 pessoas. Uma década depois, no ano 2000, a taxa de analfabetismo caiu para 13,63% (IBGE, 2000), caracterizando 16.294.889 de analfabetos no país, havendo queda de apenas 6,43% na quantidade de pessoas analfabetas durante todo esse período.

Atualmente de acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), cerca de 9,6% da população brasileira são analfabetas, correspondendo a 13.933.173 pessoas.

Em relação ao conceito de analfabetismo o mais tradicional é entendido como a carência e a incapacidade de utilizar-se da leitura e da escrita no seu cotidiano, ou seja, é o indivíduo que não sabe ler nem escrever. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura⁴ (UNESCO) (1980) apresentou o conceito de analfabetismo, dito *analfabetismo funcional*, que é

³ Os números apresentados nessa pesquisa foram obtidos através de cálculos provenientes dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando, portanto a população analfabeta, sem nenhuma instrução e que não tem conhecimento e nem contato sistemático com a cultura letrada.

⁴ A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi criada em 16 de novembro de 1945, como Organismo Especializado da ONU. “Sua criação está relacionada à necessidade de reconstrução dos países no pós Segunda Guerra Mundial a partir de diversas concepções de liberalismo, no qual se buscava pautar a democracia e a construção de uma nova hegemonia mundial e sua influência na educação de jovens e adultos se inicia muito antes de 1964 quando da instalação de escritório no Brasil” (CHILANTE, 2010, p. 33).

característico das pessoas que concluíram poucos anos de estudos. Esse conceito pode ter vários significados. Sérgio Haddad (1997, *online*) assim comenta:

[...] O termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à "sobrevivência" nas sociedades industriais. Há ainda um conjunto de fenômenos relacionados que podem ser associado ao termo analfabetismo funcional, por exemplo, o analfabetismo por regressão, que caracterizaria grupos que, tendo alguma vez aprendido a ler e escrever, devido ao não uso dessas habilidades retorna à condição de analfabetos. (HADDAD, S. 1997)

Os múltiplos significados que remete o conceito de analfabetismo funcional torna difícil utilizá-lo em dados estatístico. Para a base de coleta de dados é empregado o conceito apresentado por Soares (1998, apud BRASIL, p. 3). Para a autora, alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever. Não se refere aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita. Isso torna os resultados estatísticos ainda mais preocupante, revelando claramente os números de analfabetos, o que não significa que os cidadãos considerados alfabetizados apropriaram-se da leitura e da escrita.

Diante do grau de desenvolvimento cultural e tecnológico da nossa sociedade atual, os dados são bastante provocativos. A partir de 1990 se intensificam Os movimentos em busca da conquista do direito da educação para todos. Nesse contexto, aperfeiçoaram a ideia de reinserção do jovem e adulto na rede escolar, que de um modo geral, aparecem nos diferentes países, entre eles o Brasil, na forma de projetos e políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. A proposição de ações pelo sistema público para a EJA tem sido na maioria das vezes, apresentadas em parcerias com a sociedade civil e desenvolvidas nas redes públicas estaduais e também municipais. As mudanças e reformas desse período, no cenário da educação brasileira, começaram a ganhar ênfase diante da realização de grandes conferências internacionais sobre educação.

Em 1990 foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia). O Brasil foi um dos participantes da Conferência, assinando junto a mais 155 países, o compromisso político de assegurar a educação para

todos. Posteriormente foi aprovada a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos⁵: Satisfações das Necessidades Básicas de Aprendizagem” o documento visava reverter os altos índices de repetência, de evasão escolar e superar do analfabetismo. Para tanto, o documento apresentou alguns objetivos, os quais deveriam ser alcançados por cada nação a fim de obter uma educação para todos e de qualidade. Dentre estes objetivos devem ser destacados: a universalização do acesso à educação e promoção da equidade, bem como a mobilização de recursos e fortalecimento da aliança internacional.

Segundo Carvalho (2012), a finalidade desse documento era a universalização da educação básica como direito de todos e condição para a cidadania e desenvolvimento. O documento também deveria se tornar base para os planos decenais de educação em diversos países.

Nas políticas públicas brasileiras o direcionamento para a elaboração dos planos foi assegurado pela Constituição Federal de 1988 que determina a elaboração de plano nacional de educação com a função articuladora entre os sistemas de ensino. Assim versa o Art. 214 da CF de 1988:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. [...] (BRASIL, 1988, p. 35).

Apesar dessa exigência, o Plano Nacional de Educação – PNE começou a ser elaborado apenas por volta do ano de 1998, sendo aprovado pelo Congresso em janeiro de 2001 na forma da Lei n. 10.172, com vigência de dez anos. Os objetivos e prioridades do Plano ficaram assim delimitados: elevação global do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público.

⁵ Aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia, 1990.

As reformas na área de Educação de Jovens e Adultos ao longo da década de 1990 foram especialmente influenciadas pela UNESCO que direcionava as orientações para políticas neoliberais. Chilante (2010) escreve que:

A partir dos anos 1990, a tarefa da UNESCO de formação de cidadão mundial ganhou novo impulso sob o lema da Educação para Todos e a construção do consenso sobre a formulação de políticas públicas educacionais de cunho neoliberal (2010, p.35).

A influência da UNESCO em relação à EJA é marcada pela realização das Conferências Internacionais sobre Educação de Adultos - CONFINTEA⁶. As conferências tiveram início em 1949 e vem sendo realizadas decenalmente até então. A primeira edição foi sediada na Dinamarca, sendo considerada um grande marco na Educação de Jovens e Adultos, na qual já era discutido o conceito de educação ao longo da vida.

No Canadá, em 1960 foi realizada a segunda edição da Conferência Internacional de Educação de Adultos; em 1972 foi realizada a Conferência no Japão sendo que o princípio defendido foi novamente na perspectiva da educação ao longo da vida. No ano de 1985 a França foi sede da IV Conferência e a Alemanha, em 1997 foi sede da V Conferência. Nesta edição, os autores consideram que houve um avanço nas discussões uma vez que a educação de adultos foi vista não apenas como um direito, mas também como a chave para um século que se aproximava. A VI e última Conferência foi realizada no Brasil, em 2009, na qual a educação de adultos foi reafirmada como um direito e também como uma garantia (BRASIL, 2010).

Em relação às conferências internacionais de Educação de Jovens e Adultos os teóricos registram que o grande marco das mudanças ocorreu com a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – 1997 que trouxe como discussão central a educação de adultos e a educação não formal como elementos indispensáveis para a educação ao longo da vida.

O documento base da V Conferência define a educação de jovens e adultos

⁶A COMFINTEA é convocada e coordenada pela organização das Nações Unidas para a Educação à Ciência e a Cultura (UNESCO), como encontro intergovernamental tendo como objetivo possibilitar o diálogo e avaliação das políticas de educação e aprendizagem de jovens e adultos na esfera internacional.

como um dos principais meios para se aumentar significativamente a criatividade e a produtividade, transformando-as numa condição indispensável para se enfrentar os complexos problemas de um mundo caracterizado por rápidas transformações e crescente complexidade e riscos (UNESCO, 1997).

Na Declaração sobre Educação para Todos de Jomtien, (1990) foi defendida a ideia de que o desenvolvimento pleno dos objetivos estabelecidos para a educação depende não só de uma *vontade* do poder público. Também exige um compromisso político, uma vez que a educação hoje ministrada apresenta graves deficiências, fazendo-se necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, para que essa possa estar universalmente disponível, como garantia a todos (UNESCO, 1998).

Nesse contexto, a UNESCO (1998) considera a alfabetização como um conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação em sentido amplo e, principalmente, como um direito humano fundamental.

Esse entendimento ocupou as discussões da segunda Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em 2000, em Dakar (Senegal), cujo objetivo resumia-se em reafirmar todos os compromissos estabelecidos durante a década de 1990. O compromisso foi o de alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) que era o de “assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania” (UNESCO, 2000).

A busca pela conquista desse objetivo no Brasil se depara com a defesa, luta e organização de um Estado Democrático. Esta ideia de “Estado Democrático de Direito” se trata de um conceito que vem à tona para substituir o Estado de Direito Simples, pregado pelos liberalistas, que defendiam o direito de propriedade bem como o respeito dos governantes às leis. Esse conceito segundo Ximenes (2007) inova trazendo também o rol de garantias fundamentais, advindas do princípio da dignidade da pessoa humana, que deveriam ser respeitados a partir de então.

A última década do século XX (1990) no Brasil é marcada por mudanças políticas em torno da educação escolar notadamente com a nova Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/96) e a criação do FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - 1996. Essas mudanças refletiram na interlocução entre o Estado e sociedade civil para a viabilização das conquistas legitimadas na Constituição.

A luta em defesa do direito à educação de jovens e adultos no Brasil pode ser representada pela criação da Comissão Nacional de Alfabetização em 1994 e a retomada efetiva de suas atividades em 2003. a Comissão é formada por 14 representantes de diferentes instituições da sociedade civil e presidida pelo ministro da educação, em 2005 a comissão teve a sua denominação alterada, passando a ser nominada Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).

Para Machado (2008) os fóruns e encontros nacionais sobre educação de adultos, também buscam compor um espaço de articulação de forma ampla dos diferentes segmentos de representação da EJA, de discussões e mobilizações de políticas públicas para essa modalidade e principalmente o diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil.

No Brasil atualmente existem 26 fóruns estaduais em atividade e um do Distrito Federal. Os fóruns contam com o reconhecimento do MEC e também de representantes internacionais. Cada fórum representa seu Estado nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA. Os fóruns foram criados e executados como forma de preparação para a realização da Conferência mundial de Educação de Adultos (Hamburgo, 1997). Após a Conferência os fóruns continuaram em exercício de tecer discussões e melhorias acerca do rumo da Educação de Jovens e Adultos em todo país.

A partir dos anos 90 com a crise do capitalismo as mudanças políticas são notadamente registradas. De acordo com Carvalho (2012), foi nesse período que:

[...] produziram as mudanças bastante significativas no conjunto das relações sociais mundiais. Destacando-se a globalização e a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e organizacional em bases flexíveis, a crise da legitimidade do Estado, as quais desencadearam uma alteração do foco da ação governamental e da organização administrativa do aparelho estatal (CARVALHO, 2012, p. 208).

Chilante e Noma (2005) comentam que em meio ao processo de redemocratização do país nos anos iniciais da década de 1990, a Constituição Federal de 1988 ampliou o atendimento na Educação básica, e também da modalidade de educação de jovens e adultos, uma vez que é dever do Estado a oferta do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada.

Em 2009, a Constituição Federal tem o artigo 208 aprovado com a seguinte redação “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Com a Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009, o artigo passa a vigorar com a nova redação do inciso I do artigo 208 da Constituição Federal de 1988, assinalando a obrigatoriedade da educação básica para todos e ampliando o tempo de permanência na escola (dos quatro aos dezessete anos):

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I- educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
(BRASIL, 2009, p. 35).

O entendimento político, é que a EJA é uma modalidade assegurada constitucionalmente e para que haja efetivação deve ser regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Esta reafirma o regime de colaboração entre os entes federados, ao mesmo tempo em que destina a responsabilidade aos sistemas de ensino estadual e municipal a oferecer gratuitamente aos jovens e aos adultos, os quais não puderam efetuar seus estudos na idade regular, não tiveram oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Essa regulamentação está assim demarcada no artigo 37 da LDB, n.º 9394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular,

oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Apesar das garantias legais do acesso à educação gratuita para a modalidade de ensino voltada para os jovens e adultos, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF⁷ (1998 – 2007) observou-se uma secundarização dessa forma de educação. O FUNDEF tinha como objetivo mudar a estrutura de financiamento apenas para o ensino fundamental no país, pela subvinculação de uma parcela dos recursos destinados ao nível fundamental de ensino.

A proposta desse Fundo era a de definir uma parcela de recursos que atendesse especificamente e somente ao ensino fundamental, através de uma redistribuição dos recursos advindos dos impostos e contribuições arrecadados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. O ministro Sérgio Haddad assim comenta esse limite de atendimento do FUNDEF:

Ao estabelecer o padrão de distribuição dos recursos públicos estaduais e municipais em favor do ensino fundamental de crianças e adolescentes, o FUNDEF deixou parcialmente descoberto o financiamento dos três outros segmentos da educação básica: a educação infantil, o ensino médio e a educação básica de jovens e adultos. (HADDAD, 2007, p.198).

O FUNDEF que vigorou por 10 anos (1998 a 2007), foi substituído em 2008 pelo FUNDEB⁸ – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, ampliando o atendimento a toda à rede pública de educação básica. O FUNDEB é um dos primeiros passos conquistados para o desenvolvimento não só da modalidade EJA, mas também da educação infantil, ensino fundamental e do ensino médio. O programa está previsto

⁷ O FUNDEF foi em conformidade com o Artigo 60 da Constituição Federal e instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. A partir de 1º de janeiro de 1998 iniciou-se o processo de implantação em todo o país.

⁸ FUNDEB aprovado pela lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

para ter um período de vigência de quatorze anos, que compreende o ano de 2007 ao ano de 2020.

No portal do Ministério da Educação o FUNDEB foi defendido como grande avanço para a educação básica:

O FUNDEB é um importante compromisso da União com a Educação básica, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação (BRASIL, 2012).

Mesmo sendo considerado como um grande avanço para a modalidade EJA, o FUNDEB restringe a quantidade de investimento para essa modalidade de ensino a apenas 15% de seus fundos, ocasionando conseqüentemente a redução de matrículas e a procura por essa modalidade, por limitação da capacidade de atendimento da mesma. Segundo Marinho e Pacheco (2007):

No impacto do FUNDEB para a EJA, existiu uma “sobrealimentação” do alcance do Fundo. A “explosão de demanda” para a EJA não ocorreu pelo contrário, houve uma redução no número nacional de matriculados na EJA do Ensino Fundamental os investimentos públicos para a modalidade continuam baixos – se comparados o investimento realizado, no interior do próprio fundo, para as outras modalidades e níveis. (MARINHO e PACHECO, p.5)

Considerando os objetivos para a educação estabelecidos pelas grandes conferências internacionais e a expectativa para com a década de 1990, entendida como a década da Educação para Todos, Chilante e Noma (2005, p. 2) afirmam que: “O que se esperava, era a viabilização das ações, com investimento público, voltadas para a educação dos jovens e dos adultos, visando o atendimento à demanda existente para essa modalidade de ensino”

Com a eleição do Presidente da República Fernando Collor de Melo, ocorrida no ano de 1990, teve início um mandato que foi marcado pela política neoliberalista⁹, caracterizada pelo enxugamento de gastos do Estado e pela

⁹ O neoliberalismo foi introduzido no Brasil no governo de Fernando Collor de Melo e teve continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de ideias econômicas e políticas que defendem a não participação do Estado na economia, devendo haver total liberdade de comércio, livre mercado, para garantir o desenvolvimento e crescimento econômico do país. “Os governos Collor e Cardoso, de orientação neoliberal,

descontinuidade de programas que fizeram com que a modalidade EJA ficasse prejudicada em relação à insuficiência de investimentos e de valorização. (CHILANTE e NOMA, 2005)

O neoliberalismo propunha uma menor participação do Estado (Estado – mínimo) a fim de o mesmo ajustar suas próprias políticas e gastos, sendo assim o aparelho estatal deixa de ser o principal promovedor da educação.

Esse direcionamento político presente no Governo Collor (1990-1993) pode ser percebido quando a Fundação Educar foi extinta e substituída pelo Programa Nacional de alfabetização e Cidadania – PENAC. O programa tinha como objetivo promover uma grande mobilização social no que diz respeito à alfabetização de crianças e dos jovens e adultos, e reduzir em 70% o alto índice de analfabetismo brasileiro (ESTEVES, 2002).

As tendências neoliberais foram difundidas e transformadas em propostas para tentar solucionar os problemas da educação no Brasil, sendo lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PENAC. Porém, seus recursos não foram repassados e o programa não foi posto em prática, e em menos de um ano ele foi extinto. (MADEIRA, 1992)

Nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), foram desenvolvidos os programas de Alfabetização Solidária (1996), resultado de uma parceria do Governo federal, iniciativa privada e sociedade civil. O programa consistia na alfabetização e redução dos altos índices de analfabetismo no Brasil. Esteves explica que a estrutura do programa estava “baseada na articulação e a participação efetiva entre diversos setores da sociedade – empresas, instituições, organizações, Governos Estaduais, Instituições de Ensino Superior, pessoas físicas, prefeituras e o Ministério da Educação” (2002, p.2).

Em novembro de 1998 foi criada a Associação Alfabetização Solidária, que passou a ser responsável pelo gerenciamento da Alfabetização Solidária. A entidade proporcionou maior autonomia para a captação de recursos e agilidade no gerenciamento das atividades. Todo o trabalho é desenvolvido com base em

caracterizaram-se por uma política educativa incoerente, combinando um “discurso sobre a importância da educação” e um “descompromisso do Estado” no setor, com um papel crescente da iniciativa privada e das organizações não-governamentais (ONGs). (SAVIANI, 1996 apud MARIANI, 2007).

parcerias mantidas com o Ministério da Educação, empresas, pessoas físicas, organizações, governos municipais e estaduais, instituições de ensino superior e outras (BRASIL, 2012).

Juntamente com os governos estaduais e municipais, os movimentos da sociedade civil, os fóruns, as universidades e as ONGs, formularam em 2000 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Tal documento foi aprovado pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) através do Parecer CEB n.º 11/2000, no qual versou sobre as diretrizes:

“[...] se dirige aos estabelecimentos que se ocupam da Educação de Jovens e Adultos, e tenham como objetivo a certificação do indivíduo que concluiu a as etapas da educação básica, para esses estabelecimentos, as diretrizes são obrigatórias” (BRASIL, CNE, 2000, p. 3).

Um ano depois foi lançado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (FNDE/MEC), o Programa Recomeço (2001), que consistia no incentivo aos jovens com mais de 15 anos de idade, e adultos que não concluíram o ensino fundamental a voltarem estudar. Foi um programa de apoio financeiro aos Estados e Municípios que apresentaram o índice de desenvolvimento humano inferior a 0,5 e altas taxas de analfabetismo, o programa teve duração de três anos, 2001 a 2003. A partir de então o Programa passa a ser nomeado como *Fazendo Escola*, pela Resolução CD/FNDE n.º 25, de 16 de junho de 2005, e o programa “[...] já não fará a distinção de Estados e municípios por índice de desenvolvimento humano, passando a universalizar o apoio a todos os que têm matrícula em EJA” (MACHADO, 2009, p. 23).

Em 2003 Luiz Inácio Lula da Silva assume o governo como Presidente da República e no mesmo ano lança juntamente com o MEC o programa Brasil Alfabetizado instituído pelo Decreto n.º 4.834, de 8 de setembro de 2003. O programa é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste, seu objetivo maior é a erradicação do analfabetismo em todo o país (BRASIL, 2012)

No caminho da formulação e implementação de políticas públicas para a EJA é criada uma Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), pelo Decreto n.º 4.834, de 08 de setembro de 2003, a qual por meio do decreto teria caráter consultivo, de forma a assegurar a participação da sociedade no Programa, assessorando na formulação e implementação das políticas nacionais e no acompanhamento das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos (BRASIL, 2003, Art. 14).

No ano seguinte (2004) foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) sendo responsável por programar políticas educacionais juntamente com os sistemas de ensino nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. (BRASIL, 2012)

Atualmente, está tramitando um novo projeto de lei, n.º 8.035/2010, que aprova e dá outras providências ao Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. No tocante à Educação de Jovens e Adultos, selecionamos os seguintes incisos do artigo 2º do projeto de lei:

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:
I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais;
IV - melhoria da qualidade do ensino;

Podemos observar que nos dois Planos Nacionais de Educação (2001 e 2011), as metas são bastante ousadas, sendo que uma delas em 2001 era a superação do analfabetismo até o ano final da execução do plano, em 2010.

Contudo em 2007 a taxa¹⁰ de analfabetismo no Brasil chegava a 10%, o que corresponde ao um número estimado de 14,1 milhões de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais (IBGE, 2007).

Analisando a tabela 1 a seguir podemos considerar que houve uma queda de 4% da população analfabeta no período da década de 2000 a 2010. Isso significa

¹⁰ São indicadores de rendimento da Avaliação do Plano Nacional de Educação nos anos de 2001 a 2008. Volume dois, modalidades de ensino Brasília (INEP/2009).

que o PNE – 2001 chega ao seu ano final com cerca de quase 14 milhões de pessoas analfabetas, conseguindo um avanço de apenas 4% na erradicação do analfabetismo.

Tabela 1 – Índices de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais no Brasil - 1991-2010.

BRASIL	1991	2000	2010
População	95.837.043	119.551.643	145.137.218
Analfabetos (%)	20,06%	13,63%	9,6%
Nº absoluto	19.233.239	16.294.889	13.933.173

* Dados obtidos através de cálculos com base nos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE no período citado (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Deve-se considerar também que o Plano Nacional de Educação, ao formular as metas não considerou os recursos que estavam disponíveis para alcançá-las. Houve uma queda significativa na porcentagem de analfabetos, porém é uma queda pequena se for ponderado o longo período de dez anos, que é o prazo máximo de execução do PNE.

Em harmonia com o Brasil, o Paraná no mesmo período apresentava altos índices de analfabetismo. Nos anos finais da década de 1990, ainda tinha cerca de 10,1% de sua população com quinze anos ou mais analfabetas (IBGE, 1990).

Diante desse panorama geral das políticas nacionais da Educação de Jovens e Adultos os estudos serão agora direcionados ao Estado do Paraná.

A Educação de Jovens e Adultos no Paraná (2003 – 2011)

De acordo com pesquisas do IBGE no ano de 2000, o Paraná é o estado da região sul do Brasil com maior índice de analfabetismo, como podemos observar na tabela 2:

Tabela 2 - **Números de pessoas analfabetas na região sul do Brasil no ano de 2000**

ANO: 2000	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
POPULAÇÃO	7.752.774	4.373.138	8.445.151
ALFABETIZADOS	7.088.061	4.122.809	7.929.511
ANALFABETOS	664.713	250.329	515.640

* Dados obtidos através de cálculos com base nos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE no período citado (IBGE, 2000)

Conforme os dados apresentados na tabela 2, a população analfabeta no Paraná, no ano de 2000, representa 8,57% da sua população, enquanto que no Estado de Santa Catarina 5,72% de sua população eram analfabetos e no Estado do Rio Grande do Sul 6,1% de sua população estavam em condições de analfabetismo.

Considerando o alto número de pessoas analfabetas, muitas foram às discussões, e a mobilização da sociedade civil juntamente com o Estado a fim de reverter tal situação.

A sociedade civil também foi protagonista dessa situação, quando se organizou para discutir com autoridades mudanças e melhorias para a educação de jovens e adultos, as ONGs também são instituições que na busca pela efetivação desse direito, exercem a função de alfabetizar a população.

O Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos, criado no ano de

2002, como espaço de discussões e mobilização da sociedade para as políticas públicas da EJA, se constituiu a partir de uma comissão pró-fórum composta por instituições governamentais, não-governamentais e movimentos interessados em compor um espaço de articulação de forma ampla dos diferentes segmentos de representação da EJA no Paraná.

Para a professora Maria Margarida Machado¹¹, o Fórum Paranaense é considerado como um espaço de articulações, uma instância coletiva de discussão da política e de construção de novas políticas para a modalidade EJA.

Os fóruns são responsáveis por organizar os encontros estaduais, no caso do Paraná, os EPEJA's – Encontros Paranaenses de Educação de Jovens e Adultos, que foram realizados anualmente desde 2002 até o ano de 2005. Houve também intenso trabalho de discussões, reuniões e encontros, como forma de preparação para a VI CONFINTEA, que iria ser realizada no Brasil.

No Governo Requião¹² desde o início de seu mandato houve uma significativa preocupação em construir novas políticas educacionais para a modalidade EJA, e dar continuidade as ações do governo anterior, esse entendimento foi assim afirmado por Oliveira (2011, p. 9228) 003-2011, há um resgate da EJA que é pensada como uma modalidade que tem suas Diretrizes Curriculares pautadas na Cultura, trabalho e tempo.

A partir de 2003, o Governo Requião apresentou diversos programas, algumas dessas ações referentes ao desenvolvimento da educação básica pública no Paraná estão diretamente ligadas à educação de jovens e adultos.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE - Paraná (2006), é um exemplo desses programas, criado juntamente à aprovação do novo plano de carreira dos professores da rede pública, foi voltado para o aprimoramento da formação dos professores da rede pública de ensino, a fim de melhorar a qualidade

¹¹ Integrante do fórum de Goiás, entrevista na íntegra disponível no endereço eletrônico: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=9KAR1HzA7_Y

¹² No ano de 2002 Roberto Requião de Mello e Silva foi eleito governador do Paraná, para cumprir o mandato de 2003-2007 e reeleito para o mandato de 2007-2011. Requião já havia sido Governador do Paraná no período de 1991-1995. Assim como o Brasil, o Paraná também teve em meados da década de 1990, o governo marcado pela política neoliberal. O governo de Roberto Requião (1990-1994), e o governo de Jaime Lerner (1995-2003), que conduzem a educação nas trilhas do ideário neoliberal acarretando à quase completa extinção da modalidade de jovens e adultos (OLIVEIRA, 2001).

da Educação Básica da Rede Pública Estadual, abrangendo em sua primeira turma mil e duzentos professores no ano de 2007.

Foram desenvolvidas também, ações que resultaram na publicação e distribuição gratuita de livros didáticos, a criação do Portal da Educação e a implementação de novas tecnologias para as escolas (TV multimídia), ações voltadas para a o aperfeiçoamento da formação dos professores.

Para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos foi criado o Programa Nacional do Livro didático para a Alfabetização de Jovens e adultos (Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007), tendo como objetivo a distribuição, e doação de obras didáticas para a alfabetização e escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais, objetivando auxiliar também a execução do Programa Paraná Alfabetizado nos municípios.

Das políticas públicas desenvolvidas para a EJA no período, destacamos programas criados a educação de jovens e adultos, como o Projovem Campo e o Projovem Urbano, instituído pela Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005 em âmbito nacional. Seu objetivo era o de promover o desenvolvimento e aumento da escolaridade do ensino fundamental com qualificação profissional para a população jovem entre 18 a 29 anos de idade. Esse programa foi executado pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 2008 através da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, (Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26 de maio de 2008 e Decreto Estadual nº 2.785 de 04/06/2008), tendo sua primeira turma somente no ano de 2009. Atualmente o programa rege-se pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, a qual dispõe que o atendimento a população se realizará a partir das modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem campo – Saberes da Terra; Projovem Trabalhador.

O Programa Paraná Alfabetizado também é uma ação do Governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvido em parceria com o MEC/SECAD/Programa Brasil Alfabetizado, Prefeituras Municipais e demais organizações governamentais e também da sociedade civil. De acordo com o Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, o Programa Paraná Alfabetizado tem por objetivo maior a universalização da

alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, sendo que o programa será executado pelos municípios. (PARANÁ, 2012).

Conforme informação coletada junto ao Núcleo Regional de Educação o Programa Paraná Alfabetizado além de alfabetizar a população, também incentiva o ingresso dos alfabetizados nas escolas a fim de concluírem o ensino fundamental e médio. O programa disponibiliza certificados de conclusão, porém é simbólico, não tem validade alguma, uma vez que o aluno apenas teve contato durante oito meses com a cultura letrada.

Diante do exposto, entendemos que o Programa Paraná Alfabetizado pode ser considerado como um trabalho voluntário, pois o mesmo é executado através de iniciativas de mobilização da sociedade civil. O conjunto de ações que caracterizam o voluntariado, bem como as atividades desempenhadas são feitas de maneira solidária, sem nunca visar o lucro ou remuneração pelo serviço realizado. É antes de tudo um trabalho humanitário, já que o voluntário abre mão de seu tempo e coloca suas habilidades a disposição de um determinado grupo que possa ser beneficiado pelas mesmas. (BRASILL, 2012).

Baseando-se nestes princípios é que foi criado e executado o programa Paraná Alfabetizado. O educador no período de alfabetização recebe um valor considerado simbólico pelo trabalho. Esse valor não abrange todo o trabalho do professor na organização da turma. É o próprio professor ou a comunidade que voluntariamente se disponibilizam para reunir um grupo de pessoas analfabetas, bem como procurar um espaço físico para as aulas, e ainda, buscar a autorização na Secretaria de Educação. Todas essas atividades são ações voluntárias.

Em 2006 a Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED apresentou as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos. Na introdução é assim apresentada a forma de sua elaboração: “reconhecida a necessidade de uma política educacional para o público da EJA, desde 2003, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos organizou ampla discussão e estudo das proposições que nortearam até então o currículo das escolas” (PARANÁ, DCE, 2006).

A finalidade do documento é a de estruturar uma nova organização pedagógica, a qual atendesse a permanência e, sobretudo, o êxito educacional dos

educandos, articulando os eixos principais da EJA, que são: o trabalho, tempo e cultura (PARANÁ, DCE, 2006). Esse Currículo EJA/2006 passa a constituir as bases para a formulação do projeto político pedagógico das instituições escolares.

No final do ano de 2005, as instituições de ensino de EJA cessam a oferta do curso semipresencial, a qual era cumprida apenas 30% da carga horária de forma presencial, e 70% à distância ou por sistema online. A partir de 2006, com as novas Diretrizes Curriculares para EJA no Paraná, a estrutura organizacional de atendimento a população sofre algumas alterações.

Em 2005 a proposta curricular da EJA foi repensada levando em consideração que a modalidade atende educandos - trabalhadores, que não tem tempo disponível e nem horários determinados para frequentar a escola. Esse entendimento conduziu a formulação das Diretrizes Curriculares do Paraná e a organização estadual da modalidade de Educação de Jovens e Adultos a partir de 2006. O atendimento a população jovem ou adulta é realizado nos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA's, nas Escolas Estaduais de EJA e através da rede Municipal de Ensino com as Ações Pedagógicas Descentralizadas (Aped's) da rede estadual de ensino vinculado aos CEEBJA,s. Permaneceu os exames supletivos, os quais não exigem frequência escolar. Todas essas formas de atendimento garantem a certificação de conclusão de etapas de ensino sendo reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Os CEEBJA's que até 2006 eram denominados como Centros de Ensino Supletivos, CES, atendem o ensino fundamental fase II, que compreende as disciplinas do 6º ao 9º ano, e também o ensino médio. A matrícula é realizada em qualquer época do ano e o aluno escolhe as disciplinas que quer cursar. O aluno também pode fazer aproveitamento de estudos que já tenha cumprido. A carga horária obrigatória do ensino fundamental fase II na EJA, é de 1.920 h/a e a do ensino médio é de 1.440 h/a.

O aluno concluirá seus estudos de acordo com sua disponibilidade de tempo para frequentar as aulas, que pode acontecer de maneira coletiva. Na sala de aula, através de aulas expositivas e outras metodologias são realizadas avaliações e trabalhos para a obtenção da nota mínima de 6,0 pontos para cada disciplina. O

atendimento presencial é direcionado, aos alunos que tem maior disponibilidade de tempo e podem seguir um cronograma pré - determinado das atividades.

Outra forma de atendimento nos CEEBJA's é a organização individual, no qual o aluno vem para a escola nos dias que ele estiver disponível. A avaliação acontece da mesma maneira na organização coletiva e o aluno conclui a disciplina quando cumprir a carga horária estabelecida e a nota mínima para as avaliações. Os CEEBJA's oferecem vagas nos três períodos, pensando sempre na demanda de alunos trabalhadores que não disponibiliza de muito tempo livre para frequentar as aulas.

As APED's como Ações Pedagógicas Descentralizadas, são efetivadas em situações de evidente necessidade dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens e adultos e idosos. Todas a forma de atendimento precisam estar vinculadas a proposta pedagógica e ao regimento escolar da instituição de ensino. Essa modalidade de atendimento é autorizada pela SEED/PR desde o ano de 2005. O professor que atua nas APED's são vinculados aos CEEBJA's, bem como a matrícula, o controle de frequência e notas, ficam sob responsabilidade da instituição que disponibiliza o professor para atuar nas APED's.

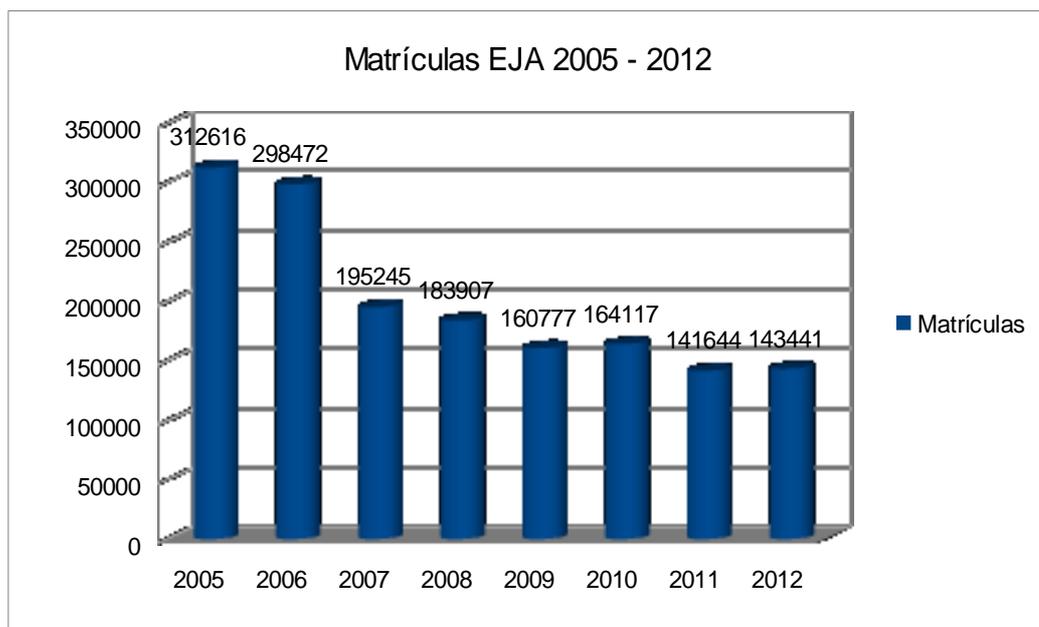
As Escolas Estaduais de ensino regular que ofertam a EJA atendem apenas em um período, o noturno, e durante o período diurno oferecem o ensino regular. As matrículas, controle de presença, bem como as avaliações são de responsabilidade da escola que oferece a modalidade de ensino, os princípios que organizam o funcionamento seguem os mesmos que dos CEEBJA's.

Assim como na educação regular, houve a municipalização do ensino fundamental, acontecendo o mesmo com EJA. Entre os anos de 1995 e 2002, marcando a descentralização das ações públicas quanto à políticas educacionais, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser oferecida também pelos municípios, responsabilizando-se os mesmos, em oferecer apenas o ensino fundamental fase I englobando as séries do 1º ao 5º ano. As matrículas, avaliações e certificação dos alunos ficam sob responsabilidade do Município, que posteriormente encaminhará o aluno para algum CEEBJA ou escola que ofereça a modalidade mais próxima de sua casa.

Os exames, como define a LDB 9394/96 são também uma forma de conclusão do ensino fundamental ou médio, ele pode ser realizado por qualquer pessoa não precisando estar matriculado em escolas de Educação de Jovens e Adultos. Os exames acontecem uma vez ao ano, e tem a mesma data para todo o Estado do Paraná. Podem ser realizados online desde o ano de 2002, ou de forma convencional. O aluno que alcançar a nota mínima na prova elimina as disciplinas que escolheu para realizar o exame.

A Educação de Jovens e Adultos no Paraná nos últimos oito anos vem diminuindo o número de estudantes. De 312.616 atendimentos em 2005 para 141.644 em 2012 (Gráfico 1). Isso significa que no período citado diminuiu mais de 50% o número de alunos atendidos.

Gráfico 1- **Matrículas na Modalidade EJA no Paraná, no período de 2005-2012.**



*Números de matrículas na EJA, ensino fundamental e médio.

FONTE: IBGE, 2005 – 2012.

No gráfico 1¹³, estão representados os avanços e retrocessos do número de matrículas nessa modalidade de ensino. A intenção era a de observar se os mesmos

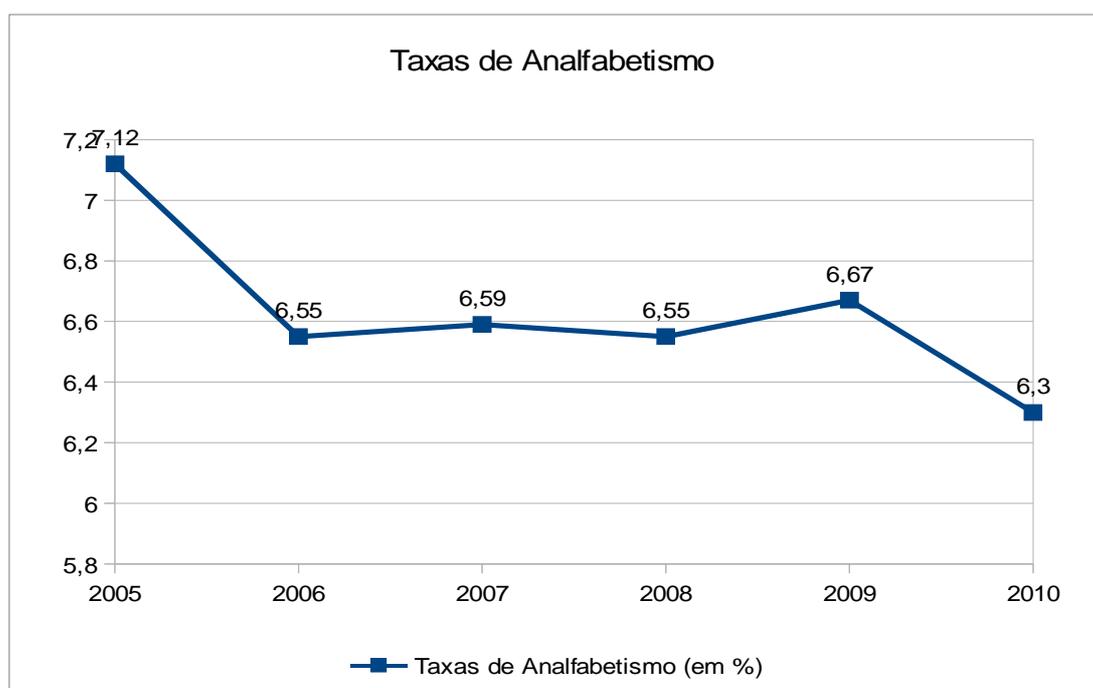
¹³ Gráfico construído através de cálculos dos dados de matrículas do Estado do Paraná, somando as matrículas do ensino fundamental e médio da modalidade, em instituições públicas e privadas. Foram desconsideradas as matrículas de EJA profissionalizante.

alunos matriculados concluíam as etapas de ensino, porém não obtemos os números referentes à evasão nas salas de aula dessa modalidade. Nesse tocante, iremos apenas comparar as matrículas com a taxa de analfabetismo nos mesmos anos.

No ano de 2007 houve uma queda significativa de matrículas, cerca de 34,6 % de propensão de 2006 a 2007, porém se observarmos o gráfico 2, não há redução do índice de analfabetismo no mesmo período, pelo contrário, há um pequeno aumento no número de analfabetos no estado do Paraná, que passa de 6,55% para 6,59% em 2007 (IBGE, 2008). Associamos a defasagem das matrículas nos anos de 2006 para 2007 no Paraná, com o fato da mudança estrutural de atendimento dos cursos nos CEEBJA's e nas escolas de EJA, a qual exclui o atendimento semipresencial da modalidade.

Nos anos seguintes entendemos que as taxas de analfabetismo ficam estagnadas, havendo pequenas variações ao longo do período. O ano de 2010 apresentou a menor taxa dos anos em questão, com 6,3% da população de 15 anos ou mais idades analfabetas.

Gráfico 2 - Índices de analfabetismo no Paraná, nos anos de 2005-2010.



FONTE: IBGE, 2005 – 2010.

Em uma visita a um Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Maringá- PR percebemos que muitos dos alunos são ainda adolescentes, o que nos faz pensar que a evasão escolar e a repetência continuam presentes aumentando a demanda da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Durante a conversa com a diretora auxiliar do CEEBJA, percebemos que mesmo com toda a flexibilidade do atendimento tem-se altos índices de desistência durante o curso. De acordo com a diretora auxiliar essa realidade pode ser explicada pela falta de maturidade dos alunos, que em sua maioria são encaminhados das escolas regulares com problemas de repetência e indisciplina, seguidos da possibilidade de conclusão do curso em menor tempo e com menos dificuldades.

O que pode ser percebido é que o CEEBJA exerce um trabalho coordenado por uma equipe pedagógica que tem em seus objetivos pedagógicos o desenvolvimento de um ensino sério e comprometido com a aprendizagem do aluno.

Outro perfil de educandos da EJA são os adultos e ou idosos, que na maioria das vezes justificam a desistência, pelo trabalho, o qual os impede de frequentar a escola. Muitos também escondem a vergonha ou medo de não conseguir acompanhar os estudos, ou até mesmo a conformidade com a situação em que se encontram.

São vários os motivos que fazem os alunos da EJA abandonarem, ou por vezes se recusarem a matricular-se nas escolas, segundo Muenchen (2007) o grande fator que influencia a desistência dos alunos nas escolas é:

“[...] continuar vendo os alunos como se entrassem na escola feito folhas de papel em branco é um problema muito grave. Eles são jovens e adultos com toda uma história de vida já construída, trazendo em suas bagagens concepções sobre o mundo que os cerca.”

Outro fator que podemos relacionar com a demanda de jovens nessa modalidade de ensino, foi a promulgação da Resolução n.º 2618, de 1 de novembro de 2001, a qual proíbe as matrículas no Ensino Fundamental regular noturno, obrigando os alunos desse turno a cursar as escolas de EJA (PARANÁ, 2006).

Considerações finais

A Educação de jovens e adultos nem sempre foi reconhecida como um direito essencial para o exercício da cidadania. A luta por esse direito não é algo recente, a população adulta que não teve acesso a escolarização em período proporcional a idade acaba por ser excluída das preocupações da sociedade.

A década de 1990 no Brasil e no mundo todo é marcada pela expectativa para uma educação de qualidade entendida como um direito a todos. A realização das grandes Conferências Internacionais sobre Educação para Todos vem para intensificar a busca por esse direito no mundo todo, principalmente nos países que apresentavam altos índices de analfabetismo. O analfabetismo no Brasil ainda é um problema preocupante, consequência de um longo período de exclusão social, marcado por falta de compromisso político e descontinuidade de programas e políticas públicas para o atendimento a essa população.

No início de 1990, com o grande avanço tecnológico da sociedade, e pela necessidade de aumentar o nível de escolaridade da população, é que se aperfeiçoaram a ideia de reinserção do jovem e adulto na rede escolar, que de um modo geral, aparecem nos diferentes países, entre eles o Brasil, na forma de projetos e políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. A proposição de ações pelo sistema público para a EJA tem sido na maioria das vezes, apresentadas em parcerias com a sociedade civil e desenvolvidas nas redes públicas estaduais e também municipais.

Vimos que o processo de regulamentação da EJA como modalidade de ensino da educação básica, não se deu de maneira imediata, tendo sua primeira referência na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Mesmo com essas garantias legais em relação ao acesso à educação gratuita para a modalidade observamos uma secundarização dessa forma de ensino, quando na criação do FUNDEF, exclui parcialmente o financiamento desse segmento de educação.

A difusão da política neoliberal na década de 1990 no Brasil também influenciou muito no que diz respeito a validade e continuidade de programas e projetos para o atendimento á população analfabeta e sem escolaridade. Atualmente a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação que tem por

objetivo a formação humana com ingresso a cultura para a população que não teve acesso a escolaridade na idade apropriada. Mas os reflexos da exclusão dessa população para a educação ainda hoje são visíveis conotando altos índices de analfabetismo, evasão e fracasso escolar.

É necessário que se trate no Brasil, da manutenção da educação básica regular, para que ela própria, e por si mesma garanta o acesso, permanência e a formação dos alunos, minimizando assim a demanda de jovens e adultos na modalidade de ensino estudada, que se trate de exceções no campo educacional brasileiro, e não uma grande fatia de alfabetizandos e estudantes que não freqüentaram a escola na idade adequada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. **FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Manual de Orientação. Lei no 9424, 2007.

_____. **Audiência Pública Promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**. Os Encaminhamentos e Resoluções da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos. 07 de Julho de 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20100707_UNESCO_NeroaldoAzevedo.pdf> Acesso em: 25 ago. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Ministério da Educação/ Câmara de Educação Básica**. Parecer CNE/CEB 11/2000.

_____. **Portal do Ministério da Educação**. Programas e Projetos, Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17429&Itemid=817>. Acesso em: 23 maio. 2012.

_____. **Programa Alfabetização Solidária**. Disponível em: <<https://www.alfabetizacao.org.br/site/alfasol.asp>>. Acesso em: 4. abr. 2012.

_____. **Associação Justiça Social – AJS**. O voluntariado como forma de transformação social. 22 de Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.justicasocial.org.br/pgn/8031/noticias-o-voluntariado-como-forma-de-transformac/>>. Acesso em: 23 set. 2012.

CARVALHO, E. J. **Políticas Públicas e gestão da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012. 317p.

CHILANTE, E. F. N.; NOMA, A. K. **A Política de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: Desarmando a Armadilha Neoliberal, 2005. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_antteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01_05.pdf>. Acesso em: 30 ago.2012.

CHILANTE, E. F. N. UNESCO e Educação de Adultos no Brasil. **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional** v.5, nº 11, Curitiba 2010. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq11/3_unesco_cp11.pdf>.

Acesso em: 30 ago. 2012.

ESTEVEES, R. C. V. Programa Alfabetização Solidária: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil. **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044529.pdf>>.

Acesso em: 30 jul. 2012.

HADDAD, S. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782007000200002&script=sci_artt_ext> Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. Alfabetismo e Analfabetismo Funcional. Programa de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Qualificação e Produção. **CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade**. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/pesquisa/artigos/HADDAD/cap01.html>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1991. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u3=1>>. Acesso em 30 ago. 2012.

_____. Tendências demográficas. **Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico** 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/tendencias.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=4&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, Região Sul**, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u3=32>>. Acesso em 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2007. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/ta_bela1_1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2011. Disponível em:< <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD330>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1990. Disponível em: <
<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD101&sv=8&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>>. Acesso em 30 ago. 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar**. Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 2012. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-matricula>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

MADEIRA, V. P. C. O Desafio Fundamental Do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. **Em aberto**, Brasília, 1992. Disponível em:<
<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/770/691>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

MACHADO, M. M. O que são os Fóruns de EJA do Brasil? **Materiais Audiovisuais do X ENEJA**. Duração: 04 min 52 seg. Agosto de 2008. Disponível em: <
<http://forumeja.org.br/audiovisualxeneja>>. Acesso em: 30 set. 2012.

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto**, Brasília, v.22, n. 82, p. 17_39, Nov, 2009.

MUENCHE, C. AULER, D.(Org.) Abordagem temática: desafios na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. São Paulo, v. 7, 2007. Disponível em:<<http://revistas.if.usp.br/rbpec/article/view/61/54>>. Acesso em: 07 set. 2012.

OLIVEIRA, L. L. A. A Educação de Jovens e Adultos no Paraná nas Décadas de 1990 e 2000: Descrevendo as Políticas Públicas Aplicadas. In: **Congresso Nacional de Educação, 10. - EDUCERE**, PUC Paraná 2011, Curitiba.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná**. Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED. Curitiba, 2006.

_____. **Portal Dia-a-Dia Educação**. Programas e projetos Estaduais. Secretaria da Educação do Paraná, 2012. Disponível em: <
<http://www.educacao.pr.gov.br/modu.php?conteudo=164>>. Acesso em 23 set. 2012.

SAVIANI, D. Escola e democracia. In: MARIANI, J. E. A Trajetória da Implantação do Neoliberalismo. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar, Maringá, n. 13. Disponível em: < <http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

SICSÚ, J. CASTELAR, A. (Org). Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: **IPEA**, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_SociedadeeEconomia.pdf> Acesso em: 23 set. 2012.

SOARES, B, M. Letramento: um tema em três gêneros,1998. In: **Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ministério da Educação/ Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB 11/2000.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990, Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Compromisso de Dakar, Senegal, Dakar, 2000. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>> Acesso em 10 fev. 2012.

_____. **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Declaração de Hamburgo: Agenda para o Futuro. Alemanha, Hamburgo, 1997. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

XIMENES, J. M. Reflexões sobre o conteúdo do Estado Democrático de Direito. **Rev. Cient. Eletrônica ATENA**, v.2, p.14, 2007. Disponível em: < http://www.iesb.br/ModuloOnline/Atena/arquivos_upload/Julia%20Maurmann%20Ximenes.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: POLÍTICAS E PROGRAMAS NO PARANÁ (2003 – 2011)

Denise Suzaine Toneli Faria¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender as políticas públicas destinadas à Educação de Jovens e Adultos, no início do século XXI, com recorte 2003 a 2011 no Estado do Paraná. Ao desenvolver o estudo percebemos que essa modalidade de ensino tem sido objeto de luta de muitos educadores e da sociedade civil. Acentuadamente a partir dos anos de 1990, no contexto da organização da educação nacional observa-se a defesa da universalização da educação básica incluindo os que não tiveram acesso em idade própria. Ao recuperar algumas reflexões teóricas foi possível perceber que as políticas públicas não se fazem isoladas por vontade de um governo. As políticas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos estão vinculadas a diversos e diferentes interesses no mundo globalizado. Entendemos que a presença constante da sociedade civil organizada em fóruns e outras formas de manifestação coletiva ainda é o espaço mais democrático para construir uma dinâmica de autonomia em relação ao direcionamento dado por organismos nacionais e internacionais que defendem os interesses econômicos. Por meio de alguns dados estatísticos educacionais foi possível perceber que permanecem as dificuldades na organização e efetivação das políticas para a Educação de Jovens e Adultos.

Palavras – chave: Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This paper aims to understand the public policies for the Youth and Adults Education, at the beginning of the XXI century, from 2003 to 2011 in the state of Paraná. During the developing of the study, we realized that this type of education has been the object of many educators and civil society struggle. Sharply from the 1990s, in the context of national education organization, we can observe the defense of universal basic education including those who did not have access to proper age. When retrieving some theoretical reflections, we could perceive that public policies are not isolated by the will of a government. The policies for the Youth and Adults Education are linked to several different interests in the globalized world. We understand that the constant presence of civil society organizations in forums and other forms of collective manifestation remains the most democratic space to build a dynamic independent of the direction given by national and international organizations that defend the economic interests. Through some educational statistics was possible to realize the difficulties that remain in the organization and execution of policies for the Education of Youth and Adults.

Keywords: Public Policies; Youth and Adults Education

¹ Acadêmica do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá

Apresentação

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades de ensino ofertada no Brasil para atender as necessidades educacionais das pessoas que por vários motivos, como por exemplo, a falta de oportunidades não frequentaram o ensino regular na idade apropriada.

Atualmente a EJA é uma modalidade de educação básica, que atende a jovens, adultos e idosos como um processo educacional que se realiza ao longo da vida. Essa modalidade passou por diversas transformações políticas ao longo dos anos, sendo em até certos momentos excluída das “preocupações” por parte das autoridades públicas, por considerá-la modalidade temporária, sem qualquer atenção com a população que a frequentava ou, ainda, meramente relacionada à função de alfabetizar na forma de decodificação de letras e números.

O descaso se reflete nos dados estatísticos dos países. Para um estado democrático como o Brasil os índices de analfabetismo ainda continuam elevados. Números recentes indicam que cerca de 9,6% da população brasileira entre 15 anos ou mais são analfabetos (IBGE, 2011).

A partir da década de 1990, a reestruturação econômica mundial, pautada no neoliberalismo, pressiona mudanças nas políticas sociais desvelando os baixos índices de alfabetização. Com isso, os países considerados em desenvolvimento, entre eles o Brasil necessitaram intensificar as mudanças e as reformas educativas no cenário da educação. Internacionalmente esse período foi marcado por grandes conferências, exigindo das nações compromissos para a superação do analfabetismo, assinalando expectativas diversas em relação a Educação de Jovens e Adultos.

Tendo em vista os compromissos assumidos pelo governo brasileiro a partir dos anos de 1990, mediante o direcionamento dos organismos multilaterais (UNESCO, ONU, Banco Mundial, UNICEF, PNUD)² e a organização da legislação da educação no Brasil, surgiram diversos questionamentos acerca das ações e políticas públicas do Estado quanto à Educação de Jovens e Adultos. Após esse

² UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, ONU – Organização das Nações Unidas, UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

período de grandes mudanças e transformações como se organizou essa modalidade de ensino?

Partindo dos grandes eventos e das expectativas para a década da educação para todos (1990), o estudo pretendeu mapear as políticas públicas direcionadas à modalidade EJA no Paraná, em um período que compreende a década de 2000 e identificar as principais características e propostas do governo para a Educação de Jovens e Adultos na esfera estadual.

Para isso, utilizamos reflexões de diferentes teóricos sobre as orientações de documentos internacionais, que ao longo dos anos discutiram melhorias acerca da educação e a alfabetização de adultos, além de documentos que nortearam o funcionamento da modalidade no período em estudo.

Inicialmente foi necessário realizar um breve histórico da organização política e da luta em defesa da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em esfera nacional tendo como marco a década de 1990. Nesse estudo, relembramos os grandes eventos mundiais e suas orientações para a educação e apresentamos algumas expectativas e metas estabelecidas para a educação, as quais marcaram a luta pelo direito a educação para todos no Brasil.

Na sequência apresentamos as principais ações políticas e a organização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Paraná no período de 2003 a 2011, período do Governo Roberto Requião, que visava mudanças dos rumos da educação. Determinamos esse período para a pesquisa, verificando que a modalidade EJA, assim como toda a rede pública de educação, foi fortemente influenciada pelos ideais neoliberais a partir década de 1990, nos mostrando através de números a problemática em relação a exclusão social dessa população.

Considerando que esta modalidade se efetiva de modo diverso que o ensino regular, com a finalidade de ter informações precisas de quem possui vivência nos programas educacionais estudados, visitamos um Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos na cidade de Maringá- PR, e por meio de pesquisa exploratória buscamos compreender a forma como a EJA tem sido organizada e desenvolvida no município.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil a partir da década de 1990: uma visão geral

Frequentemente no Brasil, a necessidade de desde cedo trabalhar e colaborar na renda familiar, somado a dificuldade de acesso à escola e a falta de condições financeiras, impedem que milhares de crianças permaneçam nas escolas, recebendo o ensino na idade apropriada. Existem outros fatores sociais que também contribuem para o aumento da evasão escolar, tendo como consequência a ampliação do número de pessoas que não terminaram os estudos na idade apropriada ou que não tem domínio da cultura letrada.

O analfabetismo é um problema preocupante, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ (IBGE), em 1991, 20,06% da população brasileira com quinze ou mais idade eram analfabetas, o que corresponde ao número aproximado de 19.233.239 pessoas. Uma década depois, no ano 2000, a taxa de analfabetismo caiu para 13,63% (IBGE, 2000), caracterizando 16.294.889 de analfabetos no país, havendo queda de apenas 6,43% na quantidade de pessoas analfabetas durante todo esse período.

Atualmente de acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), cerca de 9,6% da população brasileira são analfabetas, correspondendo a 13.933.173 pessoas.

Em relação ao conceito de analfabetismo o mais tradicional é entendido como a carência e a incapacidade de utilizar-se da leitura e da escrita no seu cotidiano, ou seja, é o indivíduo que não sabe ler nem escrever. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura⁴ (UNESCO) (1980) apresentou o conceito de analfabetismo, dito *analfabetismo funcional*, que é

³ Os números apresentados nessa pesquisa foram obtidos através de cálculos provenientes dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando, portanto a população analfabeta, sem nenhuma instrução e que não tem conhecimento e nem contato sistemático com a cultura letrada.

⁴ A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi criada em 16 de novembro de 1945, como Organismo Especializado da ONU. "Sua criação está relacionada à necessidade de reconstrução dos países no pós Segunda Guerra Mundial a partir de diversas concepções de liberalismo, no qual se buscava pautar a democracia e a construção de uma nova hegemonia mundial e sua influência na educação de jovens e adultos se inicia muito antes de 1964 quando da instalação de escritório no Brasil" (CHILANTE, 2010, p. 33).

característico das pessoas que concluíram poucos anos de estudos. Esse conceito pode ter vários significados. Sérgio Haddad (1997, *online*) assim comenta:

[...] O termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à "sobrevivência" nas sociedades industriais. Há ainda um conjunto de fenômenos relacionados que podem ser associado ao termo analfabetismo funcional, por exemplo, o analfabetismo por regressão, que caracterizaria grupos que, tendo alguma vez aprendido a ler e escrever, devido ao não uso dessas habilidades retorna à condição de analfabetos. (HADDAD, S. 1997)

Os múltiplos significados que remete o conceito de analfabetismo funcional torna difícil utilizá-lo em dados estatístico. Para a base de coleta de dados é empregado o conceito apresentado por Soares (1998, apud BRASIL, p. 3). Para a autora, alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever. Não se refere aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita. Isso torna os resultados estatísticos ainda mais preocupante, revelando claramente os números de analfabetos, o que não significa que os cidadãos considerados alfabetizados apropriaram-se da leitura e da escrita.

Diante do grau de desenvolvimento cultural e tecnológico da nossa sociedade atual, os dados são bastante provocativos. A partir de 1990 se intensificam Os movimentos em busca da conquista do direito da educação para todos. Nesse contexto, aperfeiçoaram a ideia de reinserção do jovem e adulto na rede escolar, que de um modo geral, aparecem nos diferentes países, entre eles o Brasil, na forma de projetos e políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. A proposição de ações pelo sistema público para a EJA tem sido na maioria das vezes, apresentadas em parcerias com a sociedade civil e desenvolvidas nas redes públicas estaduais e também municipais. As mudanças e reformas desse período, no cenário da educação brasileira, começaram a ganhar ênfase diante da realização de grandes conferências internacionais sobre educação.

Em 1990 foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia). O Brasil foi um dos participantes da Conferência, assinando junto a mais 155 países, o compromisso político de assegurar a educação para

todos. Posteriormente foi aprovada a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos⁵: Satisfações das Necessidades Básicas de Aprendizagem” o documento visava reverter os altos índices de repetência, de evasão escolar e superar do analfabetismo. Para tanto, o documento apresentou alguns objetivos, os quais deveriam ser alcançados por cada nação a fim de obter uma educação para todos e de qualidade. Dentre estes objetivos devem ser destacados: a universalização do acesso à educação e promoção da equidade, bem como a mobilização de recursos e fortalecimento da aliança internacional.

Segundo Carvalho (2012), a finalidade desse documento era a universalização da educação básica como direito de todos e condição para a cidadania e desenvolvimento. O documento também deveria se tornar base para os planos decenais de educação em diversos países.

Nas políticas públicas brasileiras o direcionamento para a elaboração dos planos foi assegurado pela Constituição Federal de 1988 que determina a elaboração de plano nacional de educação com a função articuladora entre os sistemas de ensino. Assim versa o Art. 214 da CF de 1988:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. [...] (BRASIL, 1988, p. 35).

Apesar dessa exigência, o Plano Nacional de Educação – PNE começou a ser elaborado apenas por volta do ano de 1998, sendo aprovado pelo Congresso em janeiro de 2001 na forma da Lei n. 10.172, com vigência de dez anos. Os objetivos e prioridades do Plano ficaram assim delimitados: elevação global do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público.

⁵ Aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia, 1990.

As reformas na área de Educação de Jovens e Adultos ao longo da década de 1990 foram especialmente influenciadas pela UNESCO que direcionava as orientações para políticas neoliberais. Chilante (2010) escreve que:

A partir dos anos 1990, a tarefa da UNESCO de formação de cidadão mundial ganhou novo impulso sob o lema da Educação para Todos e a construção do consenso sobre a formulação de políticas públicas educacionais de cunho neoliberal (2010, p.35).

A influência da UNESCO em relação à EJA é marcada pela realização das Conferências Internacionais sobre Educação de Adultos - CONFINTEA⁶. As conferências tiveram início em 1949 e vem sendo realizadas decenalmente até então. A primeira edição foi sediada na Dinamarca, sendo considerada um grande marco na Educação de Jovens e Adultos, na qual já era discutido o conceito de educação ao longo da vida.

No Canadá, em 1960 foi realizada a segunda edição da Conferência Internacional de Educação de Adultos; em 1972 foi realizada a Conferência no Japão sendo que o princípio defendido foi novamente na perspectiva da educação ao longo da vida. No ano de 1985 a França foi sede da IV Conferência e a Alemanha, em 1997 foi sede da V Conferência. Nesta edição, os autores consideram que houve um avanço nas discussões uma vez que a educação de adultos foi vista não apenas como um direito, mas também como a chave para um século que se aproximava. A VI e última Conferência foi realizada no Brasil, em 2009, na qual a educação de adultos foi reafirmada como um direito e também como uma garantia (BRASIL, 2010).

Em relação às conferências internacionais de Educação de Jovens e Adultos os teóricos registram que o grande marco das mudanças ocorreu com a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – 1997 que trouxe como discussão central a educação de adultos e a educação não formal como elementos indispensáveis para a educação ao longo da vida.

O documento base da V Conferência define a educação de jovens e adultos

⁶A COMFINTEA é convocada e coordenada pela organização das Nações Unidas para a Educação à Ciência e a Cultura (UNESCO), como encontro intergovernamental tendo como objetivo possibilitar o diálogo e avaliação das políticas de educação e aprendizagem de jovens e adultos na esfera internacional.

como um dos principais meios para se aumentar significativamente a criatividade e a produtividade, transformando-as numa condição indispensável para se enfrentar os complexos problemas de um mundo caracterizado por rápidas transformações e crescente complexidade e riscos (UNESCO, 1997).

Na Declaração sobre Educação para Todos de Jomtien, (1990) foi defendida a ideia de que o desenvolvimento pleno dos objetivos estabelecidos para a educação depende não só de uma *vontade* do poder público. Também exige um compromisso político, uma vez que a educação hoje ministrada apresenta graves deficiências, fazendo-se necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, para que essa possa estar universalmente disponível, como garantia a todos (UNESCO, 1998).

Nesse contexto, a UNESCO (1998) considera a alfabetização como um conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação em sentido amplo e, principalmente, como um direito humano fundamental.

Esse entendimento ocupou as discussões da segunda Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em 2000, em Dakar (Senegal), cujo objetivo resumia-se em reafirmar todos os compromissos estabelecidos durante a década de 1990. O compromisso foi o de alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) que era o de “assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania” (UNESCO, 2000).

A busca pela conquista desse objetivo no Brasil se depara com a defesa, luta e organização de um Estado Democrático. Esta ideia de “Estado Democrático de Direito” se trata de um conceito que vem à tona para substituir o Estado de Direito Simples, pregado pelos liberalistas, que defendiam o direito de propriedade bem como o respeito dos governantes às leis. Esse conceito segundo Ximenes (2007) inova trazendo também o rol de garantias fundamentais, advindas do princípio da dignidade da pessoa humana, que deveriam ser respeitados a partir de então.

A última década do século XX (1990) no Brasil é marcada por mudanças políticas em torno da educação escolar notadamente com a nova Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/96) e a criação do FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - 1996. Essas mudanças refletiram na interlocução entre o Estado e sociedade civil para a viabilização das conquistas legitimadas na Constituição.

A luta em defesa do direito à educação de jovens e adultos no Brasil pode ser representada pela criação da Comissão Nacional de Alfabetização em 1994 e a retomada efetiva de suas atividades em 2003. a Comissão é formada por 14 representantes de diferentes instituições da sociedade civil e presidida pelo ministro da educação, em 2005 a comissão teve a sua denominação alterada, passando a ser nominada Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).

Para Machado (2008) os fóruns e encontros nacionais sobre educação de adultos, também buscam compor um espaço de articulação de forma ampla dos diferentes segmentos de representação da EJA, de discussões e mobilizações de políticas públicas para essa modalidade e principalmente o diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil.

No Brasil atualmente existem 26 fóruns estaduais em atividade e um do Distrito Federal. Os fóruns contam com o reconhecimento do MEC e também de representantes internacionais. Cada fórum representa seu Estado nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA. Os fóruns foram criados e executados como forma de preparação para a realização da Conferência mundial de Educação de Adultos (Hamburgo, 1997). Após a Conferência os fóruns continuaram em exercício de tecer discussões e melhorias acerca do rumo da Educação de Jovens e Adultos em todo país.

A partir dos anos 90 com a crise do capitalismo as mudanças políticas são notadamente registradas. De acordo com Carvalho (2012), foi nesse período que:

[...] produziram as mudanças bastante significativas no conjunto das relações sociais mundiais. Destacando-se a globalização e a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e organizacional em bases flexíveis, a crise da legitimidade do Estado, as quais desencadearam uma alteração do foco da ação governamental e da organização administrativa do aparelho estatal (CARVALHO, 2012, p. 208).

Chilante e Noma (2005) comentam que em meio ao processo de redemocratização do país nos anos iniciais da década de 1990, a Constituição Federal de 1988 ampliou o atendimento na Educação básica, e também da modalidade de educação de jovens e adultos, uma vez que é dever do Estado a oferta do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada.

Em 2009, a Constituição Federal tem o artigo 208 aprovado com a seguinte redação “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Com a Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009, o artigo passa a vigorar com a nova redação do inciso I do artigo 208 da Constituição Federal de 1988, assinalando a obrigatoriedade da educação básica para todos e ampliando o tempo de permanência na escola (dos quatro aos dezessete anos):

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I- educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
(BRASIL, 2009, p. 35).

O entendimento político, é que a EJA é uma modalidade assegurada constitucionalmente e para que haja efetivação deve ser regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Esta reafirma o regime de colaboração entre os entes federados, ao mesmo tempo em que destina a responsabilidade aos sistemas de ensino estadual e municipal a oferecer gratuitamente aos jovens e aos adultos, os quais não puderam efetuar seus estudos na idade regular, não tiveram oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Essa regulamentação está assim demarcada no artigo 37 da LDB, n.º 9394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular,

oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Apesar das garantias legais do acesso à educação gratuita para a modalidade de ensino voltada para os jovens e adultos, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF⁷ (1998 – 2007) observou-se uma secundarização dessa forma de educação. O FUNDEF tinha como objetivo mudar a estrutura de financiamento apenas para o ensino fundamental no país, pela subvinculação de uma parcela dos recursos destinados ao nível fundamental de ensino.

A proposta desse Fundo era a de definir uma parcela de recursos que atendesse especificamente e somente ao ensino fundamental, através de uma redistribuição dos recursos advindos dos impostos e contribuições arrecadados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. O ministro Sérgio Haddad assim comenta esse limite de atendimento do FUNDEF:

Ao estabelecer o padrão de distribuição dos recursos públicos estaduais e municipais em favor do ensino fundamental de crianças e adolescentes, o FUNDEF deixou parcialmente descoberto o financiamento dos três outros segmentos da educação básica: a educação infantil, o ensino médio e a educação básica de jovens e adultos. (HADDAD, 2007, p.198).

O FUNDEF que vigorou por 10 anos (1998 a 2007), foi substituído em 2008 pelo FUNDEB⁸ – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, ampliando o atendimento a toda à rede pública de educação básica. O FUNDEB é um dos primeiros passos conquistados para o desenvolvimento não só da modalidade EJA, mas também da educação infantil, ensino fundamental e do ensino médio. O programa está previsto

⁷ O FUNDEF foi em conformidade com o Artigo 60 da Constituição Federal e instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. A partir de 1º de janeiro de 1998 iniciou-se o processo de implantação em todo o país.

⁸ FUNDEB aprovado pela lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

para ter um período de vigência de quatorze anos, que compreende o ano de 2007 ao ano de 2020.

No portal do Ministério da Educação o FUNDEB foi defendido como grande avanço para a educação básica:

O FUNDEB é um importante compromisso da União com a Educação básica, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação (BRASIL, 2012).

Mesmo sendo considerado como um grande avanço para a modalidade EJA, o FUNDEB restringe a quantidade de investimento para essa modalidade de ensino a apenas 15% de seus fundos, ocasionando conseqüentemente a redução de matrículas e a procura por essa modalidade, por limitação da capacidade de atendimento da mesma. Segundo Marinho e Pacheco (2007):

No impacto do FUNDEB para a EJA, existiu uma “sobrealimentação” do alcance do Fundo. A “explosão de demanda” para a EJA não ocorreu pelo contrário, houve uma redução no número nacional de matriculados na EJA do Ensino Fundamental os investimentos públicos para a modalidade continuam baixos – se comparados o investimento realizado, no interior do próprio fundo, para as outras modalidades e níveis. (MARINHO e PACHECO, p.5)

Considerando os objetivos para a educação estabelecidos pelas grandes conferências internacionais e a expectativa para com a década de 1990, entendida como a década da Educação para Todos, Chilante e Noma (2005, p. 2) afirmam que: “O que se esperava, era a viabilização das ações, com investimento público, voltadas para a educação dos jovens e dos adultos, visando o atendimento à demanda existente para essa modalidade de ensino”

Com a eleição do Presidente da República Fernando Collor de Melo, ocorrida no ano de 1990, teve início um mandato que foi marcado pela política neoliberalista⁹, caracterizada pelo enxugamento de gastos do Estado e pela

⁹ O neoliberalismo foi introduzido no Brasil no governo de Fernando Collor de Melo e teve continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de ideias econômicas e políticas que defendem a não participação do Estado na economia, devendo haver total liberdade de comércio, livre mercado, para garantir o desenvolvimento e crescimento econômico do país. “Os governos Collor e Cardoso, de orientação neoliberal,

descontinuidade de programas que fizeram com que a modalidade EJA ficasse prejudicada em relação à insuficiência de investimentos e de valorização. (CHILANTE e NOMA, 2005)

O neoliberalismo propunha uma menor participação do Estado (Estado – mínimo) a fim de o mesmo ajustar suas próprias políticas e gastos, sendo assim o aparelho estatal deixa de ser o principal promovedor da educação.

Esse direcionamento político presente no Governo Collor (1990-1993) pode ser percebido quando a Fundação Educar foi extinta e substituída pelo Programa Nacional de alfabetização e Cidadania – PENAC. O programa tinha como objetivo promover uma grande mobilização social no que diz respeito à alfabetização de crianças e dos jovens e adultos, e reduzir em 70% o alto índice de analfabetismo brasileiro (ESTEVES, 2002).

As tendências neoliberais foram difundidas e transformadas em propostas para tentar solucionar os problemas da educação no Brasil, sendo lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PENAC. Porém, seus recursos não foram repassados e o programa não foi posto em prática, e em menos de um ano ele foi extinto. (MADEIRA, 1992)

Nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), foram desenvolvidos os programas de Alfabetização Solidária (1996), resultado de uma parceria do Governo federal, iniciativa privada e sociedade civil. O programa consistia na alfabetização e redução dos altos índices de analfabetismo no Brasil. Esteves explica que a estrutura do programa estava “baseada na articulação e a participação efetiva entre diversos setores da sociedade – empresas, instituições, organizações, Governos Estaduais, Instituições de Ensino Superior, pessoas físicas, prefeituras e o Ministério da Educação” (2002, p.2).

Em novembro de 1998 foi criada a Associação Alfabetização Solidária, que passou a ser responsável pelo gerenciamento da Alfabetização Solidária. A entidade proporcionou maior autonomia para a captação de recursos e agilidade no gerenciamento das atividades. Todo o trabalho é desenvolvido com base em

caracterizaram-se por uma política educativa incoerente, combinando um “discurso sobre a importância da educação” e um “descompromisso do Estado” no setor, com um papel crescente da iniciativa privada e das organizações não-governamentais (ONGs). (SAVIANI, 1996 apud MARIANI, 2007).

parcerias mantidas com o Ministério da Educação, empresas, pessoas físicas, organizações, governos municipais e estaduais, instituições de ensino superior e outras (BRASIL, 2012).

Juntamente com os governos estaduais e municipais, os movimentos da sociedade civil, os fóruns, as universidades e as ONGs, formularam em 2000 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Tal documento foi aprovado pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) através do Parecer CEB n.º 11/2000, no qual versou sobre as diretrizes:

“[...] se dirige aos estabelecimentos que se ocupam da Educação de Jovens e Adultos, e tenham como objetivo a certificação do indivíduo que concluiu a as etapas da educação básica, para esses estabelecimentos, as diretrizes são obrigatórias” (BRASIL, CNE, 2000, p. 3).

Um ano depois foi lançado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (FNDE/MEC), o Programa Recomeço (2001), que consistia no incentivo aos jovens com mais de 15 anos de idade, e adultos que não concluíram o ensino fundamental a voltarem estudar. Foi um programa de apoio financeiro aos Estados e Municípios que apresentaram o índice de desenvolvimento humano inferior a 0,5 e altas taxas de analfabetismo, o programa teve duração de três anos, 2001 a 2003. A partir de então o Programa passa a ser nomeado como *Fazendo Escola*, pela Resolução CD/FNDE n.º 25, de 16 de junho de 2005, e o programa “[...] já não fará a distinção de Estados e municípios por índice de desenvolvimento humano, passando a universalizar o apoio a todos os que têm matrícula em EJA” (MACHADO, 2009, p. 23).

Em 2003 Luiz Inácio Lula da Silva assume o governo como Presidente da República e no mesmo ano lança juntamente com o MEC o programa Brasil Alfabetizado instituído pelo Decreto n.º 4.834, de 8 de setembro de 2003. O programa é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste, seu objetivo maior é a erradicação do analfabetismo em todo o país (BRASIL, 2012)

No caminho da formulação e implementação de políticas públicas para a EJA é criada uma Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), pelo Decreto n.º 4.834, de 08 de setembro de 2003, a qual por meio do decreto teria caráter consultivo, de forma a assegurar a participação da sociedade no Programa, assessorando na formulação e implementação das políticas nacionais e no acompanhamento das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos (BRASIL, 2003, Art. 14).

No ano seguinte (2004) foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) sendo responsável por programar políticas educacionais juntamente com os sistemas de ensino nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. (BRASIL, 2012)

Atualmente, está tramitando um novo projeto de lei, n.º 8.035/2010, que aprova e dá outras providências ao Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. No tocante à Educação de Jovens e Adultos, selecionamos os seguintes incisos do artigo 2º do projeto de lei:

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:
I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais;
IV - melhoria da qualidade do ensino;

Podemos observar que nos dois Planos Nacionais de Educação (2001 e 2011), as metas são bastante ousadas, sendo que uma delas em 2001 era a superação do analfabetismo até o ano final da execução do plano, em 2010.

Contudo em 2007 a taxa¹⁰ de analfabetismo no Brasil chegava a 10%, o que corresponde ao um número estimado de 14,1 milhões de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais (IBGE, 2007).

Analisando a tabela 1 a seguir podemos considerar que houve uma queda de 4% da população analfabeta no período da década de 2000 a 2010. Isso significa

¹⁰ São indicadores de rendimento da Avaliação do Plano Nacional de Educação nos anos de 2001 a 2008. Volume dois, modalidades de ensino Brasília (INEP/2009).

que o PNE – 2001 chega ao seu ano final com cerca de quase 14 milhões de pessoas analfabetas, conseguindo um avanço de apenas 4% na erradicação do analfabetismo.

Tabela 1 – Índices de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais no Brasil - 1991-2010.

BRASIL	1991	2000	2010
População	95.837.043	119.551.643	145.137.218
Analfabetos (%)	20,06%	13,63%	9,6%
Nº absoluto	19.233.239	16.294.889	13.933.173

* Dados obtidos através de cálculos com base nos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE no período citado (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Deve-se considerar também que o Plano Nacional de Educação, ao formular as metas não considerou os recursos que estavam disponíveis para alcançá-las. Houve uma queda significativa na porcentagem de analfabetos, porém é uma queda pequena se for ponderado o longo período de dez anos, que é o prazo máximo de execução do PNE.

Em harmonia com o Brasil, o Paraná no mesmo período apresentava altos índices de analfabetismo. Nos anos finais da década de 1990, ainda tinha cerca de 10,1% de sua população com quinze anos ou mais analfabetas (IBGE, 1990).

Diante desse panorama geral das políticas nacionais da Educação de Jovens e Adultos os estudos serão agora direcionados ao Estado do Paraná.

A Educação de Jovens e Adultos no Paraná (2003 – 2011)

De acordo com pesquisas do IBGE no ano de 2000, o Paraná é o estado da região sul do Brasil com maior índice de analfabetismo, como podemos observar na tabela 2:

Tabela 2 - Números de pessoas analfabetas na região sul do Brasil no ano de 2000

ANO: 2000	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
POPULAÇÃO	7.752.774	4.373.138	8.445.151
ALFABETIZADOS	7.088.061	4.122.809	7.929.511
ANALFABETOS	664.713	250.329	515.640

* Dados obtidos através de cálculos com base nos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE no período citado (IBGE, 2000)

Conforme os dados apresentados na tabela 2, a população analfabeta no Paraná, no ano de 2000, representa 8,57% da sua população, enquanto que no Estado de Santa Catarina 5,72% de sua população eram analfabetos e no Estado do Rio Grande do Sul 6,1% de sua população estavam em condições de analfabetismo.

Considerando o alto número de pessoas analfabetas, muitas foram às discussões, e a mobilização da sociedade civil juntamente com o Estado a fim de reverter tal situação.

A sociedade civil também foi protagonista dessa situação, quando se organizou para discutir com autoridades mudanças e melhorias para a educação de jovens e adultos, as ONGs também são instituições que na busca pela efetivação desse direito, exercem a função de alfabetizar a população.

O Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos, criado no ano de

2002, como espaço de discussões e mobilização da sociedade para as políticas públicas da EJA, se constituiu a partir de uma comissão pró-fórum composta por instituições governamentais, não-governamentais e movimentos interessados em compor um espaço de articulação de forma ampla dos diferentes segmentos de representação da EJA no Paraná.

Para a professora Maria Margarida Machado¹¹, o Fórum Paranaense é considerado como um espaço de articulações, uma instância coletiva de discussão da política e de construção de novas políticas para a modalidade EJA.

Os fóruns são responsáveis por organizar os encontros estaduais, no caso do Paraná, os EPEJA's – Encontros Paranaenses de Educação de Jovens e Adultos, que foram realizados anualmente desde 2002 até o ano de 2005. Houve também intenso trabalho de discussões, reuniões e encontros, como forma de preparação para a VI CONFINTEA, que iria ser realizada no Brasil.

No Governo Requião¹² desde o início de seu mandato houve uma significativa preocupação em construir novas políticas educacionais para a modalidade EJA, e dar continuidade as ações do governo anterior, esse entendimento foi assim afirmado por Oliveira (2011, p. 9228) 003-2011, há um resgate da EJA que é pensada como uma modalidade que tem suas Diretrizes Curriculares pautadas na Cultura, trabalho e tempo.

A partir de 2003, o Governo Requião apresentou diversos programas, algumas dessas ações referentes ao desenvolvimento da educação básica pública no Paraná estão diretamente ligadas à educação de jovens e adultos.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE - Paraná (2006), é um exemplo desses programas, criado juntamente à aprovação do novo plano de carreira dos professores da rede pública, foi voltado para o aprimoramento da formação dos professores da rede pública de ensino, a fim de melhorar a qualidade

¹¹ Integrante do fórum de Goiás, entrevista na íntegra disponível no endereço eletrônico: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=9KAR1HzA7_Y

¹² No ano de 2002 Roberto Requião de Mello e Silva foi eleito governador do Paraná, para cumprir o mandato de 2003-2007 e reeleito para o mandato de 2007-2011. Requião já havia sido Governador do Paraná no período de 1991-1995. Assim como o Brasil, o Paraná também teve em meados da década de 1990, o governo marcado pela política neoliberal. O governo de Roberto Requião (1990-1994), e o governo de Jaime Lerner (1995-2003), que conduzem a educação nas trilhas do ideário neoliberal acarretando à quase completa extinção da modalidade de jovens e adultos (OLIVEIRA, 2001).

da Educação Básica da Rede Pública Estadual, abrangendo em sua primeira turma mil e duzentos professores no ano de 2007.

Foram desenvolvidas também, ações que resultaram na publicação e distribuição gratuita de livros didáticos, a criação do Portal da Educação e a implementação de novas tecnologias para as escolas (TV multimídia), ações voltadas para a o aperfeiçoamento da formação dos professores.

Para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos foi criado o Programa Nacional do Livro didático para a Alfabetização de Jovens e adultos (Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007), tendo como objetivo a distribuição, e doação de obras didáticas para a alfabetização e escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais, objetivando auxiliar também a execução do Programa Paraná Alfabetizado nos municípios.

Das políticas públicas desenvolvidas para a EJA no período, destacamos programas criados a educação de jovens e adultos, como o Projovem Campo e o Projovem Urbano, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 em âmbito nacional. Seu objetivo era o de promover o desenvolvimento e aumento da escolaridade do ensino fundamental com qualificação profissional para a população jovem entre 18 a 29 anos de idade. Esse programa foi executado pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 2008 através da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, (Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26 de maio de 2008 e Decreto Estadual nº 2.785 de 04/06/2008), tendo sua primeira turma somente no ano de 2009. Atualmente o programa rege-se pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, a qual dispõe que o atendimento a população se realizará a partir das modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem campo – Saberes da Terra; Projovem Trabalhador.

O Programa Paraná Alfabetizado também é uma ação do Governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvido em parceria com o MEC/SECAD/Programa Brasil Alfabetizado, Prefeituras Municipais e demais organizações governamentais e também da sociedade civil. De acordo com o Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, o Programa Paraná Alfabetizado tem por objetivo maior a universalização da

alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, sendo que o programa será executado pelos municípios. (PARANÁ, 2012).

Conforme informação coletada junto ao Núcleo Regional de Educação o Programa Paraná Alfabetizado além de alfabetizar a população, também incentiva o ingresso dos alfabetizados nas escolas a fim de concluírem o ensino fundamental e médio. O programa disponibiliza certificados de conclusão, porém é simbólico, não tem validade alguma, uma vez que o aluno apenas teve contato durante oito meses com a cultura letrada.

Diante do exposto, entendemos que o Programa Paraná Alfabetizado pode ser considerado como um trabalho voluntário, pois o mesmo é executado através de iniciativas de mobilização da sociedade civil. O conjunto de ações que caracterizam o voluntariado, bem como as atividades desempenhadas são feitas de maneira solidária, sem nunca visar o lucro ou remuneração pelo serviço realizado. É antes de tudo um trabalho humanitário, já que o voluntário abre mão de seu tempo e coloca suas habilidades a disposição de um determinado grupo que possa ser beneficiado pelas mesmas. (BRASILL, 2012).

Baseando-se nestes princípios é que foi criado e executado o programa Paraná Alfabetizado. O educador no período de alfabetização recebe um valor considerado simbólico pelo trabalho. Esse valor não abrange todo o trabalho do professor na organização da turma. É o próprio professor ou a comunidade que voluntariamente se disponibilizam para reunir um grupo de pessoas analfabetas, bem como procurar um espaço físico para as aulas, e ainda, buscar a autorização na Secretaria de Educação. Todas essas atividades são ações voluntárias.

Em 2006 a Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED apresentou as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos. Na introdução é assim apresentada a forma de sua elaboração: “reconhecida a necessidade de uma política educacional para o público da EJA, desde 2003, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos organizou ampla discussão e estudo das proposições que nortearam até então o currículo das escolas” (PARANÁ, DCE, 2006).

A finalidade do documento é a de estruturar uma nova organização pedagógica, a qual atendesse a permanência e, sobretudo, o êxito educacional dos

educandos, articulando os eixos principais da EJA, que são: o trabalho, tempo e cultura (PARANÁ, DCE, 2006). Esse Currículo EJA/2006 passa a constituir as bases para a formulação do projeto político pedagógico das instituições escolares.

No final do ano de 2005, as instituições de ensino de EJA cessam a oferta do curso semipresencial, a qual era cumprida apenas 30% da carga horária de forma presencial, e 70% à distância ou por sistema online. A partir de 2006, com as novas Diretrizes Curriculares para EJA no Paraná, a estrutura organizacional de atendimento a população sofre algumas alterações.

Em 2005 a proposta curricular da EJA foi repensada levando em consideração que a modalidade atende educandos - trabalhadores, que não tem tempo disponível e nem horários determinados para frequentar a escola. Esse entendimento conduziu a formulação das Diretrizes Curriculares do Paraná e a organização estadual da modalidade de Educação de Jovens e Adultos a partir de 2006. O atendimento a população jovem ou adulta é realizado nos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA's, nas Escolas Estaduais de EJA e através da rede Municipal de Ensino com as Ações Pedagógicas Descentralizadas (Aped's) da rede estadual de ensino vinculado aos CEEBJA,s. Permaneceu os exames supletivos, os quais não exigem frequência escolar. Todas essas formas de atendimento garantem a certificação de conclusão de etapas de ensino sendo reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Os CEEBJA's que até 2006 eram denominados como Centros de Ensino Supletivos, CES, atendem o ensino fundamental fase II, que compreende as disciplinas do 6º ao 9º ano, e também o ensino médio. A matrícula é realizada em qualquer época do ano e o aluno escolhe as disciplinas que quer cursar. O aluno também pode fazer aproveitamento de estudos que já tenha cumprido. A carga horária obrigatória do ensino fundamental fase II na EJA, é de 1.920 h/a e a do ensino médio é de 1.440 h/a.

O aluno concluirá seus estudos de acordo com sua disponibilidade de tempo para frequentar as aulas, que pode acontecer de maneira coletiva. Na sala de aula, através de aulas expositivas e outras metodologias são realizadas avaliações e trabalhos para a obtenção da nota mínima de 6,0 pontos para cada disciplina. O

atendimento presencial é direcionado, aos alunos que tem maior disponibilidade de tempo e podem seguir um cronograma pré - determinado das atividades.

Outra forma de atendimento nos CEEBJA's é a organização individual, no qual o aluno vem para a escola nos dias que ele estiver disponível. A avaliação acontece da mesma maneira na organização coletiva e o aluno conclui a disciplina quando cumprir a carga horária estabelecida e a nota mínima para as avaliações. Os CEEBJA's oferecem vagas nos três períodos, pensando sempre na demanda de alunos trabalhadores que não disponibiliza de muito tempo livre para frequentar as aulas.

As APED's como Ações Pedagógicas Descentralizadas, são efetivadas em situações de evidente necessidade dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens e adultos e idosos. Todas a forma de atendimento precisam estar vinculadas a proposta pedagógica e ao regimento escolar da instituição de ensino. Essa modalidade de atendimento é autorizada pela SEED/PR desde o ano de 2005. O professor que atua nas APED's são vinculados aos CEEBJA's, bem como a matrícula, o controle de frequência e notas, ficam sob responsabilidade da instituição que disponibiliza o professor para atuar nas APED's.

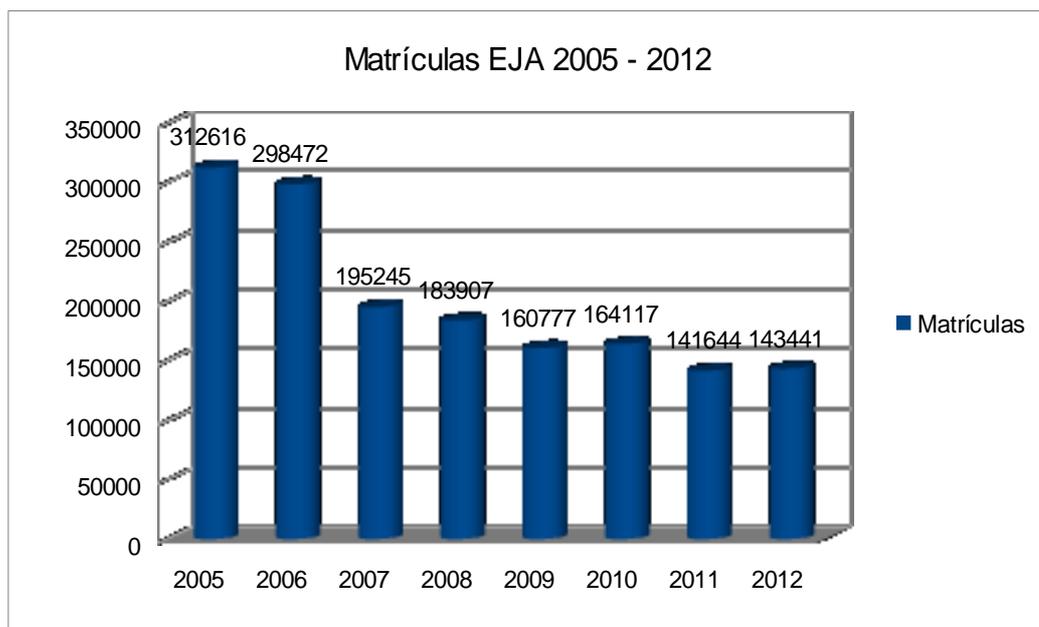
As Escolas Estaduais de ensino regular que ofertam a EJA atendem apenas em um período, o noturno, e durante o período diurno oferecem o ensino regular. As matrículas, controle de presença, bem como as avaliações são de responsabilidade da escola que oferece a modalidade de ensino, os princípios que organizam o funcionamento seguem os mesmos que dos CEEBJA's.

Assim como na educação regular, houve a municipalização do ensino fundamental, acontecendo o mesmo com EJA. Entre os anos de 1995 e 2002, marcando a descentralização das ações públicas quanto à políticas educacionais, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser oferecida também pelos municípios, responsabilizando-se os mesmos, em oferecer apenas o ensino fundamental fase I englobando as séries do 1º ao 5º ano. As matrículas, avaliações e certificação dos alunos ficam sob responsabilidade do Município, que posteriormente encaminhará o aluno para algum CEEBJA ou escola que ofereça a modalidade mais próxima de sua casa.

Os exames, como define a LDB 9394\96 são também uma forma de conclusão do ensino fundamental ou médio, ele pode ser realizado por qualquer pessoa não precisando estar matriculado em escolas de Educação de Jovens e Adultos. Os exames acontecem uma vez ao ano, e tem a mesma data para todo o Estado do Paraná. Podem ser realizados online desde o ano de 2002, ou de forma convencional. O aluno que alcançar a nota mínima na prova elimina as disciplinas que escolheu para realizar o exame.

A Educação de Jovens e Adultos no Paraná nos últimos oito anos vem diminuindo o número de estudantes. De 312.616 atendimentos em 2005 para 141.644 em 2012 (Gráfico 1). Isso significa que no período citado diminuiu mais de 50% o número de alunos atendidos.

Gráfico 1- **Matrículas na Modalidade EJA no Paraná, no período de 2005-2012.**



*Número de matrículas na EJA, ensino fundamental e médio.

FONTE: IBGE, 2005 – 2012.

No gráfico 1¹³, estão representados os avanços e retrocessos do número de matrículas nessa modalidade de ensino. A intenção era a de observar se os mesmos

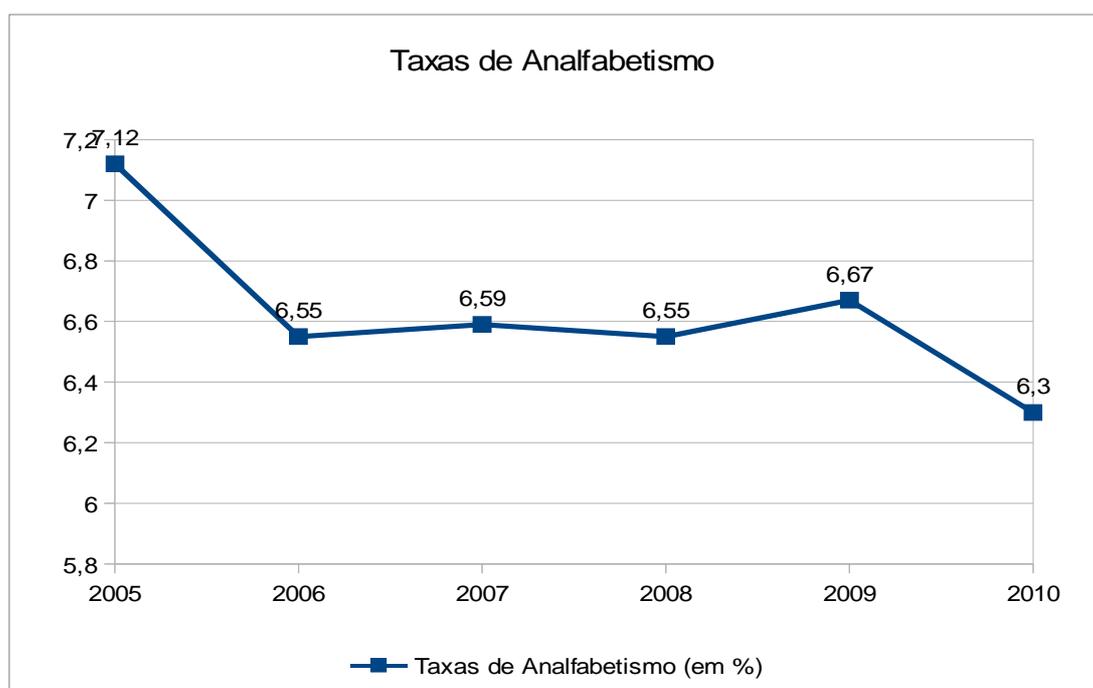
¹³ Gráfico construído através de cálculos dos dados de matrículas do Estado do Paraná, somando as matrículas do ensino fundamental e médio da modalidade, em instituições públicas e privadas. Foram desconsideradas as matrículas de EJA profissionalizante.

alunos matriculados concluíam as etapas de ensino, porém não obtemos os números referentes à evasão nas salas de aula dessa modalidade. Nesse tocante, iremos apenas comparar as matrículas com a taxa de analfabetismo nos mesmos anos.

No ano de 2007 houve uma queda significativa de matrículas, cerca de 34,6 % de propensão de 2006 a 2007, porém se observarmos o gráfico 2, não há redução do índice de analfabetismo no mesmo período, pelo contrário, há um pequeno aumento no número de analfabetos no estado do Paraná, que passa de 6,55% para 6,59% em 2007 (IBGE, 2008). Associamos a defasagem das matrículas nos anos de 2006 para 2007 no Paraná, com o fato da mudança estrutural de atendimento dos cursos nos CEEBJA's e nas escolas de EJA, a qual exclui o atendimento semipresencial da modalidade.

Nos anos seguintes entendemos que as taxas de analfabetismo ficam estagnadas, havendo pequenas variações ao longo do período. O ano de 2010 apresentou a menor taxa dos anos em questão, com 6,3% da população de 15 anos ou mais idades analfabetas.

Gráfico 2 - Índices de analfabetismo no Paraná, nos anos de 2005-2010.



FONTE: IBGE, 2005 – 2010.

Em uma visita a um Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Maringá- PR percebemos que muitos dos alunos são ainda adolescentes, o que nos faz pensar que a evasão escolar e a repetência continuam presentes aumentando a demanda da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Durante a conversa com a diretora auxiliar do CEEBJA, percebemos que mesmo com toda a flexibilidade do atendimento tem-se altos índices de desistência durante o curso. De acordo com a diretora auxiliar essa realidade pode ser explicada pela falta de maturidade dos alunos, que em sua maioria são encaminhados das escolas regulares com problemas de repetência e indisciplina, seguidos da possibilidade de conclusão do curso em menor tempo e com menos dificuldades.

O que pode ser percebido é que o CEEBJA exerce um trabalho coordenado por uma equipe pedagógica que tem em seus objetivos pedagógicos o desenvolvimento de um ensino sério e comprometido com a aprendizagem do aluno.

Outro perfil de educandos da EJA são os adultos e ou idosos, que na maioria das vezes justificam a desistência, pelo trabalho, o qual os impede de frequentar a escola. Muitos também escondem a vergonha ou medo de não conseguir acompanhar os estudos, ou até mesmo a conformidade com a situação em que se encontram.

São vários os motivos que fazem os alunos da EJA abandonarem, ou por vezes se recusarem a matricular-se nas escolas, segundo Muenchen (2007) o grande fator que influencia a desistência dos alunos nas escolas é:

“[...] continuar vendo os alunos como se entrassem na escola feito folhas de papel em branco é um problema muito grave. Eles são jovens e adultos com toda uma história de vida já construída, trazendo em suas bagagens concepções sobre o mundo que os cerca.”

Outro fator que podemos relacionar com a demanda de jovens nessa modalidade de ensino, foi a promulgação da Resolução n.º 2618, de 1 de novembro de 2001, a qual proíbe as matrículas no Ensino Fundamental regular noturno, obrigando os alunos desse turno a cursar as escolas de EJA (PARANÁ, 2006).

Considerações finais

A Educação de jovens e adultos nem sempre foi reconhecida como um direito essencial para o exercício da cidadania. A luta por esse direito não é algo recente, a população adulta que não teve acesso a escolarização em período proporcional a idade acaba por ser excluída das preocupações da sociedade.

A década de 1990 no Brasil e no mundo todo é marcada pela expectativa para uma educação de qualidade entendida como um direito a todos. A realização das grandes Conferências Internacionais sobre Educação para Todos vem para intensificar a busca por esse direito no mundo todo, principalmente nos países que apresentavam altos índices de analfabetismo. O analfabetismo no Brasil ainda é um problema preocupante, consequência de um longo período de exclusão social, marcado por falta de compromisso político e descontinuidade de programas e políticas públicas para o atendimento a essa população.

No início de 1990, com o grande avanço tecnológico da sociedade, e pela necessidade de aumentar o nível de escolaridade da população, é que se aperfeiçoaram a ideia de reinserção do jovem e adulto na rede escolar, que de um modo geral, aparecem nos diferentes países, entre eles o Brasil, na forma de projetos e políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. A proposição de ações pelo sistema público para a EJA tem sido na maioria das vezes, apresentadas em parcerias com a sociedade civil e desenvolvidas nas redes públicas estaduais e também municipais.

Vimos que o processo de regulamentação da EJA como modalidade de ensino da educação básica, não se deu de maneira imediata, tendo sua primeira referência na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Mesmo com essas garantias legais em relação ao acesso à educação gratuita para a modalidade observamos uma secundarização dessa forma de ensino, quando na criação do FUNDEF, exclui parcialmente o financiamento desse segmento de educação.

A difusão da política neoliberal na década de 1990 no Brasil também influenciou muito no que diz respeito a validade e continuidade de programas e projetos para o atendimento á população analfabeta e sem escolaridade. Atualmente a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação que tem por

objetivo a formação humana com ingresso a cultura para a população que não teve acesso a escolaridade na idade apropriada. Mas os reflexos da exclusão dessa população para a educação ainda hoje são visíveis conotando altos índices de analfabetismo, evasão e fracasso escolar.

É necessário que se trate no Brasil, da manutenção da educação básica regular, para que ela própria, e por si mesma garanta o acesso, permanência e a formação dos alunos, minimizando assim a demanda de jovens e adultos na modalidade de ensino estudada, que se trate de exceções no campo educacional brasileiro, e não uma grande fatia de alfabetizandos e estudantes que não freqüentaram a escola na idade adequada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. **FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Manual de Orientação. Lei no 9424, 2007.

_____. **Audiência Pública Promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**. Os Encaminhamentos e Resoluções da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos. 07 de Julho de 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20100707_UNESCO_NeroaldoAzevedo.pdf> Acesso em: 25 ago. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Ministério da Educação/ Câmara de Educação Básica**. Parecer CNE/CEB 11/2000.

_____. **Portal do Ministério da Educação**. Programas e Projetos, Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17429&Itemid=817>. Acesso em: 23 maio. 2012.

_____. **Programa Alfabetização Solidária**. Disponível em: <<https://www.alfabetizacao.org.br/site/alfasol.asp>>. Acesso em: 4. abr. 2012.

_____. **Associação Justiça Social – AJS**. O voluntariado como forma de transformação social. 22 de Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.justicasocial.org.br/pgn/8031/noticias-o-voluntariado-como-forma-de-transformac/>>. Acesso em: 23 set. 2012.

CARVALHO, E. J. **Políticas Públicas e gestão da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012. 317p.

CHILANTE, E. F. N.; NOMA, A. K. **A Política de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: Desarmando a Armadilha Neoliberal, 2005. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01_05.pdf>. Acesso em: 30 ago.2012.

CHILANTE, E. F. N. UNESCO e Educação de Adultos no Brasil. **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional** v.5, nº 11, Curitiba 2010. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq11/3_unesco_cp11.pdf>.

Acesso em: 30 ago. 2012.

ESTEVEES, R. C. V. Programa Alfabetização Solidária: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil. **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044529.pdf>>.

Acesso em: 30 jul. 2012.

HADDAD, S. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782007000200002&script=sci_artt_ext> Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. Alfabetismo e Analfabetismo Funcional. Programa de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Qualificação e Produção. **CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade**. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/pesquisa/artigos/HADDAD/cap01.html>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1991. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u3=1>>. Acesso em 30 ago. 2012.

_____. Tendências demográficas. **Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico** 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/tendencias.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=4&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, Região Sul**, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u3=32>>. Acesso em 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/ta_bela1_1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2011. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD330>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1990. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD101&sv=8&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>>. Acesso em 30 ago. 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar**. Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-matricula>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

MADEIRA, V. P. C. O Desafio Fundamental Do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. **Em aberto**, Brasília, 1992. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/770/691>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

MACHADO, M. M. O que são os Fóruns de EJA do Brasil? **Materiais Audiovisuais do X ENEJA**. Duração: 04 min 52 seg. Agosto de 2008. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/audiovisualxeneja>>. Acesso em: 30 set. 2012.

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto**, Brasília, v.22, n. 82, p. 17_39, Nov, 2009.

MUENCHE, C. AULER, D.(Org.) Abordagem temática: desafios na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. São Paulo, v. 7, 2007. Disponível em: <<http://revistas.if.usp.br/rbpec/article/view/61/54>>. Acesso em: 07 set. 2012.

OLIVEIRA, L. L. A. A Educação de Jovens e Adultos no Paraná nas Décadas de 1990 e 2000: Descrevendo as Políticas Públicas Aplicadas. In: **Congresso Nacional de Educação, 10. - EDUCERE**, PUC Paraná 2011, Curitiba.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná**. Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED. Curitiba, 2006.

_____. **Portal Dia-a-Dia Educação**. Programas e projetos Estaduais. Secretaria da Educação do Paraná, 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modu.php?conteudo=164>>. Acesso em 23 set. 2012.

SAVIANI, D. Escola e democracia. In: MARIANI, J. E. A Trajetória da Implantação do Neoliberalismo. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar, Maringá, n. 13. Disponível em: < <http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

SICSÚ, J. CASTELAR, A. (Org). Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: **IPEA**, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_SociedadeeEconomia.pdf> Acesso em: 23 set. 2012.

SOARES, B, M. Letramento: um tema em três gêneros,1998. In: **Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ministério da Educação/ Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB 11/2000.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990, Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Compromisso de Dakar, Senegal, Dakar, 2000. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>> Acesso em 10 fev. 2012.

_____. **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**. Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Declaração de Hamburgo: Agenda para o Futuro. Alemanha, Hamburgo, 1997. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

XIMENES, J. M. Reflexões sobre o conteúdo do Estado Democrático de Direito. **Rev. Cient. Eletrônica ATENA**, v.2, p.14, 2007. Disponível em: < http://www.iesb.br/ModuloOnline/Atena/arquivos_upload/Julia%20Maurmann%20Ximenes.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.